

Ataque intolerável exige resposta firme



Castigar o Governo

O roubo na aposentação, a imposição de um sistema de avaliação injusto e discriminatório, o congelamento dos escalões e do valor dos suplementos remuneratórios são apenas algumas das medidas gravosas que caracterizam a política anti-trabalhadores do actual Governo. É tempo de lutar e dizer basta!

COMISSÕES DE LOURES «TRAVAMOS AS INTENÇÕES MAIS GRAVOSAS»

As Comissões Sindicais de Loures fazem um balanço negativo do mandato autárquico que fica marcado pela retirada de direitos e regalias aos trabalhadores do município.

Pág.4

DESCONTENTAMENTO NO BARREIRO «EXPECTATIVAS DEFRAUDADAS»

Os trabalhadores das autarquias do Barreiro não se revêm na propaganda oficial da maioria socialista e acusam-na de fugir ao diálogo e adiar a resolução dos problemas.

Pág.5

ARTIGO DE EUGÉNIO ROSA CRISE AGRAVADA

O ataque que está a sofrer a Administração Pública e os seus trabalhadores só poderá contribuir para agravar ainda mais a crise que o País enfrenta e dificultar a sua resolução.

Centrais

ARTIGO DE LUÍSA TOVAR COMO PRETENDEM ROUBAR-NOS A ÁGUA

Na Assembleia da República decorre o processo para aprovação de uma «Lei-quadro da Água» que entregará às grandes transnacionais o domínio público da água.

Págs. 6-7

Cinco meses de ataques aos direitos e aos serviços públicos

Governo desmascarado

Em apenas cinco meses de governação o Partido Socialista aprofundou como nunca as políticas de direita seguidas ao longo dos últimos anos e encetou sem qualquer pudor um dos maiores ataques à Administração Pública e aos direitos sociais e laborais.

A maior e mais violenta ofensiva contra os direitos dos trabalhadores da Administração Pública após o 25 de Abril conheceu pronta e enérgica resposta dos trabalhadores.

Após a grandiosa Manifestação Nacional da Frente Comum que, no dia 17 de Junho, reuniu em Lisboa milhares de trabalhadores, a Greve Nacional de 15 de Julho constituiu um poderoso protesto contra as medias anunciadas pelo Governo, registando no nosso sector uma adesão de 80 por cento e de 75 por cento no conjunto da Administração Pública.

Saudando «os milhares de trabalhadores da Administração Local, empresas municipais e privadas que aderiram massivamente à Greve», a

primeiro-ministro», considera o Sindicato exigindo uma rápida inversão de políticas. «Caso o Governo insista em levar por diante o ataque aos trabalhadores da Administração Pública, o próprio Partido Socialista será fortemente penalizado nas próximas eleições autárquicas».

Tendo sido aliás reconhecido pelo próprio primeiro-ministro que as medidas anunciadas seriam implementadas independentemente dos problemas económicos do País, ficou claro que estes apenas constituíram um pretexto demagógico para o prosseguimento de uma política de privatizações e de retirada de direitos laborais e sociais.

Condenando a inadmissível e vergonhosa campanha de culpabilização dos trabalhadores da Administração Pública «pelos graves erros de governação cometidos ao longo dos últimos anos», o STAL lembra que o próprio primeiro-ministro confessou que as medidas contra os funcionários públicos seriam adoptadas independentemente dos problemas económicos do País.

Ficou assim claro que as dificuldades económicas serviram apenas

sindicatos e que os direitos dos trabalhadores seriam «salvaguardados», o Governo nunca disfarçou a pressa em levar por diante as medidas mais gravosas, nomeadamente a alteração do estatuto de aposentação, o congelamento das carreiras e a implementação do sistema de quotas para a avaliação de desempenho.

A abertura de um atabalhoado processo negocial serviu apenas para o Governo fingir que estava a dialogar com os sindicatos, quando na realidade, até agora, todos os processos foram concluídos mediante a pura e simples imposição das propostas governamentais, sem qualquer consideração pelas opiniões manifestadas pelos sindicatos.

Os reais objectivos da política para a Administração Pública estão expressos claramente no Programa de Estabilidade e Crescimento apresentado pelo Governo. Aí é assumida a «dinamização de uma Bolsa de supranumerários» cujos termos serão redefinidos e alargados de modo a que nela possam ser efectivamente colocados os trabalhadores considerados excedentários ou inadequados ao serviço, prevendo-se que possam perder o «vencimento de exercício» (sensivelmente um sexto do seu vencimento anterior) ao fim de três meses, e mesmo o vínculo à função pública.

De igual forma são delineadas a reforma do sistema de carreiras e remunerações dos funcionários públicos com o objectivo central de limitar drasticamente os elementos de progressão actualmente existentes; a diminuição do número de trabalhadores da Administração Pública (substituindo dois funcionários que se aposentem por apenas um); a promoção de medidas que limitem as admissões na Administração Local e Regional; o fim da Caixa Geral de Aposentações

Já no passado mês de Junho, o Conselho de Ministros encarregou-se de aprovar um conjunto de Resoluções (n.ºs 102/2005, 109/2005 e 111/2005) que aprofundam a concretização de tais objectivos e dão azo a propostas de lei específicas.

Da análise ao conteúdo destes documentos ressalta claramente: o objectivo do redimensionamento e redução do peso da Administração Pública; a diminuição do número de trabalhadores, a diminuição de direitos, nomeadamente ao nível da aposentação e da protecção na doença; a alteração do regime de carreiras e do sistema de classificação de serviço, que aparece como verdadeiro mecanismo, conjugado com o «novo sistema de carreiras» previsto a partir de Janeiro de 2007, para diminuir ou mesmo eliminar a maioria das possibilidades de progressão e promoção.



Direcção Nacional do STAL afirmou em comunicado que «só um governo autista ou profundamente comprometido com os interesses do patronato e dos grandes grupos económicos pode tentar escamotear mais este sinal de revolta face à ofensiva que vem sendo desencadeada contra a nossa dignidade, os direitos, os salários, o emprego, os serviços públicos e o País».

Aviso sério

Os resultados da última greve «devem constituir um sério aviso ao

de pretexto demagógico para o prosseguimento de uma política de privatizações e de retirada de direitos sociais e laborais.

Em contrapartida, não se conhece qualquer medida efectiva para combater o despesismo e as derrapagens orçamentais, a fuga e evasão fiscais e a má gestão de serviços públicos, cujos responsáveis permanecem impunes.

Farsa negocial

Ao mesmo tempo que declarava a sua disposição de negociar com os

Aposentação, O roubo

Contrariamente à propaganda do Governo, apenas os trabalhadores que se aposentem até 31 de Dezembro de 2005 terão os seus actuais direitos de aposentação garantidos, ainda assim já com as penalizações impostas por Ferreira Leite.

A partir de 2006, entrará então em vigor o novo regime já aprovado em Conselho de Ministros, do qual se salienta:

- O limite da idade será gradualmente aumentado à razão de 6 meses por ano até atingir os 65 anos em 1 de Janeiro de 2015.
- O tempo mínimo de serviço é também aumentado em 6 meses por ano, fixando-se nos 40 anos em 1 de Janeiro de 2013.
- Em cada ano que o trabalhador queira aposentar-se deverá reunir, cumulativamente, as duas premissas: idade e tempo mínimo de serviço.
- O cálculo da pensão será de acordo com a regra actualmente em vigor para o tempo de serviço prestado até 31 de Dezembro de 2005 (agravado pelo aumento gradual do

tempo de serviço exigido que passa a ser incluído na fórmula), e de acordo com as novas regras para o tempo prestado após esse período.

Existem no entanto excepções, mas que na prática pouco beneficiam e, fundamentalmente, não corrigem injustiças nem salvaguardam os direitos dos trabalhadores:

- Se o trabalhador tiver 36 anos de serviço em 31 de Dezembro de 2005 pode aposentar-se no ano em que atingir a idade exigida de acordo com as novas regras.
- Poderá usufruir de uma bonificação de um ano na idade por cada três anos de serviço que entretanto completar para além dos 36, vendo a sua pensão calculada de acordo com as regras actualmente em vigor.
- Poderá optar por uma redução de meio ano na idade por cada ano a mais no tempo de serviço, vendo no entanto a sua pensão calculada com base nas novas regras.
- Se até 2014 o trabalhador completar 36 anos de serviço pode aposentar-se desde que atinja a idade

será penalizado



Privilegiados, nós?...

Com o objectivo de denunciar as políticas do Governo e desmontar a campanha de intoxicação contra os trabalhadores da Administração Pública, o STAL participou activamente nas acções de esclarecimento que decorreram no mês de Agosto,

sob o lema «Privilegiados, nós?... Não vá nas mentiras do Governo!».

Cerca de milhar e meio de faixas foram colocadas na maioria dos concelhos. Em Lisboa, nos dias 23 e 24, no Porto, 25, e em Coimbra, 26, dirigentes e dele-

gados sindicais das principais organizações que integram a Frente Comum distribuíram comunicados à população condenando as mentiras do Governo e chamando a atenção para os baixos salários dos trabalhadores da Administração Pública, que contrastam gritantemente com as chorudas remunerações atribuídas a gestores públicos e outros cargos de nomeação política.

Reafirmando que os problemas do País não se resolvem com mais ataques aos trabalhadores, mas sim com medidas firmes e coerentes de combate à fuga e fraude fiscais e a eliminação dos privilégios dos grandes grupos económicos, a Frente Comum observa que, ao contrário do que o Governo anunciou aos portugueses, os deputados actualmente em exercício continuam, afinal, a poder reformar-se ao fim 12 anos.

Nestas acções de esclarecimento esteve patente uma exposição de 18 painéis que abordam os principais problemas dos diferentes sectores da Administração Pública, desde as autarquias à saúde, passando pela fiscalidade, educação e outros. Durante o mês de Setembro, estão previstas novas iniciativas noutros concelhos do País.

Editorial

O desafio

Da encenação do «défice» à aplicação das medidas anunciadas por José Sócrates, o governo do Partido Socialista, num curto período de cinco meses pôs em prática intenções há muito definidas pela direita política e pelos grandes grupos económicos, desencadeando contra a Administração Pública e os seus trabalhadores uma ofensiva de tal modo violenta que até há pouco seria inimaginável, inclusive para as forças mais retrógradas da direita.

Cavaco Silva, Manuela Ferreira Leite, Durão Barroso Paulo Portas, Bagão Félix... e tantos outros fiéis seguidores e impulsionadores do cardápio neoliberal têm vindo a aplaudir entusiasticamente a política de direita de José Sócrates. Até Jorge Sampaio, que há muito dava sinais de aproximação aos interesses dos grandes grupos económicos e de indiferença pelos problemas reais dos trabalhadores, acabou por se colocar ao lado do governo, apoiando publicamente a retirada de direitos sociais e laborais.

Os trabalhadores, muitos ainda incrédulos e seguramente traídos por uma prática que contraria claramente as suas intenções de voto, manifestaram de imediato o seu repúdio e justo sentimento de revolta.

A população, embora envenenada pelas mais ignóbeis mentiras e demagógicas campanhas de intoxicação, vai aos poucos percebendo que afinal os privilegiados não são os trabalhadores mas sim os grupos financeiros, os gestores e alguns políticos que os nomeiam e defendem, incluindo Jorge Sampaio que, na sua apologia das medidas do Governo, não fez qualquer referência ao facto de, «neste tempo de dificuldades», manter intactas as mordomias presidenciais, nomeadamente aquela que lhe dá direito a uma reforma por inteiro ao fim de dez anos de mandato, ou seja, dentro de alguns meses!

Porque esta política é injusta e imoral, porque os ataques aos nossos direitos e aos serviços públicos se intensificam, a nossa resposta só pode ser a luta - determinada, firme e persistente!

Caso não se verifique uma inversão das políticas actuais, certamente que os trabalhadores que ontem, na esperança de uma vida melhor, confiaram o seu voto ao Partido Socialista não hesitarão, amanhã, em voltar exprimir o seu repúdio nas urnas, penalizando duramente o Governo.

No actual quadro e face à violenta ofensiva de que somos alvo, a condenação da política do Governo não pode deixar de ser expressa nas urnas.

A seu tempo, faremos com que o Governo e o Partido Socialista percebam que os trabalhadores estão fartos das políticas anti-sociais e anti-laborais que teimam em levar por diante.

Esse é o principal desafio que está hoje nas mãos de cada um de nós!

avaliação e escalões dos nossos direitos

exigida de acordo com as novas regras, embora não tenha direito à pensão completa.

- Se até essa data completar 36 anos de serviço e a idade exigida pelas novas regras, pode aposentar-se com uma penalização de 2% por cada ano de serviço a menos do exigido nas novas regras.

- A partir de 20014, por cada 3 anos que excedam os 40 anos de serviço o trabalhador tem uma redução de 1 ano na idade.

A extinção da CGA

O novo diploma impõe ainda que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, todas as novas admissões na Administração Pública serão obrigatoriamente inscritas no regime de Segurança Social, o que levará inevitavelmente à extinção da Caixa Geral de Aposentações.

Por outro lado, a partir de 1 de Janeiro de 2015, os trabalhadores que tiverem pelo menos 65 anos de idade e cumpram o prazo de garantia da

Segurança Social (15 anos de descontos) podem aposentar-se com a penalização actualmente em vigor.

Estes são contudo apenas os principais aspectos das alterações introduzidas pelo Governo, pelo que cada caso deverá ser devidamente acompanhado pela estrutura sindical, com aconselhamento jurídico se necessário, para a avaliação rigorosa das perdas que cada trabalhador sofrerá.

Avaliação

Ainda em discussão com os sindicatos, a proposta de Lei do Governo não deixa quaisquer margens para dúvidas sobre os principais objectivos que pretende alcançar ao manter o chamado SIA-DAP (Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho).

Não estando ainda este sistema regulamentado para a Administração Local, é no entanto desde aplicado um sistema de quotas para as classificações de serviço, o

qual inviabilizará os actuais recursos para as comissões paritárias e o exercício do contraditório.

Escalões congelados

Enquanto prepara uma profunda e gravosa alteração no regime de carreiras, o Governo fez publicar entretanto a Lei nº 43/2005, de 29 de Agosto, que determina a não contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão nas carreiras e o congelamento do montante de todos os suplementos remuneratórios até 31 de Dezembro de 2006.

Este diploma entrou em vigor no dia 30 de Agosto, impondo a partir dessa data o congelamento de todas as mudanças de escalão

Sem qualquer actualização ficam ainda os valores dos suplementos remuneratórios como despesas de representação, subsídios de alojamento, de residência e de fixação, subsídios de risco, penosidade, insalubridade e perigosidade, gratificações e participações emolumentares.

Comissões Sindicais do Município de Loures «Travámos as intenções mais gravosas»

As Comissões Sindicais de Loures fazem um balanço negativo do último mandato autárquico que fica marcado pela retirada de direitos e regalias aos trabalhadores do município.

No caderno reivindicativo, entregue em Julho passado, reafirmam a sua disponibilidade para lutar não só pela resolução das questões laborais mas igualmente contra tentativas de desmembramento e esvaziamento

Manuel Lopes, coordenador das comissões sindicais do Município de Loures



A concentração espontânea à porta da Câmara, em 7 de Abril de 2004, contra a retirada de direitos e regalias pelo executivo autárquico



dos diferentes sectores de actividade da autarquia, cuja capacidade de realização, com provas dadas ao longo de décadas, foi claramente subaproveitada pela actual maioria em benefício de empresas privadas.

Ao *Jornal do STAL*, Manuel Lopes, coordenador das comissões sindicais do Município de Loures, sublinhou que «a intervenção da estrutura sindical e a mobilização dos trabalhadores foi decisiva para impedir a concretização das intenções mais gravosas do executivo, obrigando-o a dar resposta a algumas reivindicações nossas».

Uma das primeiras batalhas foi travada logo no início do mandato quando a nova maioria socialista anunciou o despedimento de centenas de trabalhadores que não estavam ainda no quadro, apesar de desempenharem tarefas de carácter permanente.

«Conseguimos interromper esse processo, em que havia casos de nítida perseguição política e tentativas de criar divisões entre o pessoal que não podíamos admitir. Muitos trabalhadores, mais de duas centenas, acabaram por ser

integrados nos quadros», recorda Manuel Lopes.

Mais recentemente, em Abril passado, o Sindicato obteve outra vitória com o reconhecimento da progressão de três em três anos num conjunto de carreiras que eram incorrectamente consideradas como horizontais.

Uma luta pelo serviço público

O prestígio dos Serviços Municipalizados de Loures junto da população cimentou-se ao longo de décadas

em que as obras por administração directa foram um dos vectores centrais da acção da autarquia: «Só em situações excepcionais se contratavam trabalhos nos exterior», lembra Manuel Lopes.

Milhares de homens e mulheres que passaram pelos quadros do município contribuíram com o seu trabalho empenhado para a melhoria radical da qualidade de vida após o 25 de Abril, colocando o concelho num lugar cimeiro em termos de infra-estruturas e equipamentos colectivos.

Um recente inquérito realizado nos concelhos de Odivelas e Loures, a cujos resultados o STAL teve acesso, revelou que 80 por cento das pessoas continuam a fazer uma avaliação positiva do comportamento dos trabalhadores dos serviços, da sua capacidade profissional e forma de funcionamento.

Contudo, desde que a actual maioria entrou em funções, os trabalhadores deram-se de imediato conta dos efeitos nefastos da inversão de políticas. «Nos últimos anos houve um claro desinvestimento nos serviços: o pessoal operário e auxiliar foi reduzido; deixou-se de renovar o parque de viaturas; os equipamentos estão obsoletos; faltam coisas elementares como um sistema de elevação para viaturas pesadas; cortaram nos fardamentos e equipamentos de protecção; os armazéns estão vazios e muitas vezes uma brigada tem de interromper uma obra por falta de cimento, alcatrão, tintas e outros materiais. Desculpam-se, dizendo que não há dinheiro, mas sabemos que transitaram para o orçamento deste ano cerca de quatro milhões e 800 mil contos (24 milhões de euros) que não foram gastos em 2004.»

Por outro lado, observa Manuel Lopes, «a Câmara dá empreitadas a empresas, deixando máquinas e pessoal qualificado, desde operários a engenheiros, parados. Arquitectos paisagistas, fotógrafos, designers estão sem trabalho. Os projectos passam-lhes ao lado e são mandados fazer fora. Estamos a falar de um conjunto de 30 a 40 técnicos do departamento de Estudos e Projectos que pouco fizeram nestes quatro anos.»

«É uma vergonha!... A câmara diz que não tem verbas para melhorar as condições dos trabalhadores, mas insiste em pagar as coisas duplamente, entregando a elaboração de projectos ao exterior. Temos técnicos com capacidade, bons profissionais com muitos anos de experiência que estão na prateleira. Uns estão a tirar fotocópias, outros recebem o salário mas não têm qualquer função.

Alguns já pediram a transferência para outras câmaras. As pessoas sentem-se humilhadas porque o seu trabalho não é reconhecido.»

«Contestamos estas opções políticas da Câmara por constituírem uma ameaça aos nossos empregos e porque manifestamente não servem o interesse do concelho e dos municípios que também somos», explica o dirigente sindical.

Desmembrar para privatizar

O município conta com cerca de 2700 trabalhadores no total. Só nos serviços municipalizados laboram mais de 1100 pessoas, distribuídas pelos vários sectores, que incluem águas, saneamento, resíduos sólidos, oficinas, departamento de informática, laboratórios de análises de água, etc.

Logo no início do mandato foi anunciada a intenção de converter os serviços em três empresas municipais a criar: uma para a água, outra para o saneamento e uma terceira para os resíduos sólidos. Mas o projecto não foi para a frente.

«Os trabalhadores opuseram-se com determinação e a câmara recuou», conta Manuel Lopes, recordando o intenso trabalho de esclarecimento então realizado pela organização sindical. «Fizemos plenários em todos os sectores, onde aprovámos resoluções condenando a destruição dos serviços, os trabalhadores manifestaram-se frente aos Paços do Concelho, chegando a interromper uma sessão de câmara.»

«O presidente Carlos Teixeira veio depois fazer plenários com os trabalhadores tentando convencê-los de que iam ganhar com a divisão, mas ninguém foi na conversa. Se os serviços fossem extintos, os quadros da Câmara não podiam absorver mais de mil trabalhadores. E tínhamos a experiência recente da Simtejo [sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão detido pela Águas de Portugal com a participação dos municípios da Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira]. Os trabalhadores passaram a ter contratos individuais; prometeram-lhes uma coisa e fizeram outra.»

Em Novembro de 2004, o projecto das empresas municipais foi suspenso e o executivo nunca mais voltou a falar no assunto. No entanto, a estrutura sindical continua atenta, sublinhando no seu caderno reivindicativo que «a manutenção dos Serviços Municipalizados é a única solução que garante a qualidade do serviço e assegura os direitos dos trabalhadores».

Exemplos de uma política errada

- Actualmente as revisões das viaturas pesadas são feitas fora, no concessionário da marca. Por cada mudança de óleos, filtros e outras pequenas operações de manutenção, a autarquia gasta entre 600 e 800 contos (entre três a quatro mil euros). As oficinas municipais poderiam fazer o mesmo trabalho por menos de 100 contos (500 euros). Bastaria que os responsáveis políticos adquirissem um sistema de elevação adequado e renovassem o equipamento obsoleto. Esta é uma exigência da estrutura sindical.

- A construção de uma simples muralha junto a um armazém das oficinas foi entregue a um empreiteiro. Custou dez mil euros, dez vezes mais do que gastariam os serviços municipais. Todavia, a obra ficou mal feita. Os trabalhadores da autarquia foram então chamados a corrigi-la.

- Mais de 100 trabalhadores das carreiras operária e auxiliar saíram dos Serviços sobretudo por motivo de reforma. A Câmara não os substituiu criando particulares dificuldades nos sectores da construção civil e nos resíduos sólidos. Sabe-se que no mesmo período foram admitidos mais de uma centena de técnicos superiores. A Comissão Sindical do STAL calcula que o número de assessores nos diferentes sectores da autarquia ascenda a mais de 150.

- Na altura em que decidiu concessionar serviços de portaria a uma empresa privada, o executivo municipal ignorou os argumentos da Comissão Sindical que contestou a medida. Recentemente, em reunião com o STAL, o presidente da autarquia admitiu a possibilidade de reverter a situação, reconhecendo que o antigo serviço era mais barato e tinha melhor qualidade.

Trabalhadores descontentes na CM do Barreiro

As expectativas foram defraudadas

O presidente da CM do Barreiro gosta de afirmar que «agora há mais democracia do que com o anterior executivo». Porém, os trabalhadores não se revêem na propaganda oficial da maioria socialista e acusam-na de fugir ao diálogo e adiar a resolução dos problemas.

Com a entrada em funções do novo executivo, o STAL procurou dar continuidade ao trabalho sindical: «**Havia problemas (alguns naturalmente tinham transitado do mandato anterior) que pretendíamos apresentar aos novos eleitos, dando espaço para que se inteirassem das questões. Só que o diálogo tornou-se difícil, para não dizer impossível**», afirma Macário Dias, dirigente nacional do STAL e coordenador das comissões sindicais no concelho do Barreiro.

A primeira reunião só se realizou após os trabalhadores terem tomado uma posição firme em plenário: «**Demos um prazo de 15 dias para que o presidente recebesse a estrutura sindical e foi assim que conseguimos a primeira audiência**», relata este dirigente sindical.

O novo estilo pouco «dialogante» da recém-chegada maioria, que infelizmente iria marcar todo o mandato, não tardou a materializar-se numa política prepotente e persecutória, orientada para a obstrução à actividade sindical, retirada de direitos e regalias, criação de discriminações e divisões dos trabalhadores e negação das suas legítimas reivindicações.

Por exemplo, ao contrário de outras autarquias do distrito de Setúbal, o executivo do Barreiro decidiu não reconhecer o direito às progressões de três em três anos num conjunto de carreiras indevidamente classificadas como horizontais. «**A Câmara andou a entreter-nos e agora informou-nos que não vai resolver a questão das progressões, apesar das deliberações dos tribunais favoráveis aos trabalhadores**», lamenta Macário Dias.

Discriminação e arbitrariedade

Depois de esgotadas todas as diligências para iniciar um diálogo

regular e construtivo, os trabalhadores decidiram endurecer a luta. A greve começou a ser discutida. «**Demos o tempo necessário para que fossem encontradas soluções e só fomos para a greve porque a câmara não nos deu outra alternativa**».

Como acrescenta este dirigente do STAL, as razões de queixa aumentavam à medida que o tempo passava. A retirada das dispensas, a imposição da jornada contínua que se generalizou no sector operário e administrativo, a degradação das condições de trabalho, a aplicação de sanções a trabalhadores por participação em plenários são apenas algumas entre muitas.

O direito a 12 meios-dias por ano de dispensas para tratamento de assuntos pessoais está consagrado no regulamento interno aprovado em 1983 e ainda em vigor. Contudo, sem qualquer explicação, o executivo ordenou verbalmente às chefias que não autorizassem os trabalhadores admitidos após Junho de 2003 a exercer este direito.

O STAL condenou a medida, considerando-a «**injusta e ilegal**». «**Desafiámos o presidente a tomar uma posição clara e por escrito, para que todos soubessem com que podiam contar, mas sabemos que as arbitrariedades continuam, uma vez que as dispensas passaram a depender da boa ou má vontade das chefias**».

O Sindicato condena igualmente a introdução da jornada contínua (das 8 às 14 horas), efectuada sem consulta às estruturas sindicais: «**Admitimos que este regime se justifique em certas circunstâncias, mas não concordamos que vigore durante todo o ano. Está provado que a jornada contínua prejudica a saúde dos trabalhadores e constitui um estímulo ao segundo emprego**», explica Macário Dias.

Condições indignas

Na sequência da descentralização de pessoal para as freguesias, as condições de trabalho foram gravemente afectadas já que ninguém pensou nas necessidades e bem-estar dos trabalhadores. Mais de uma centena de homens e mulheres saem todos os dias de casa e vão directamente trabalhar para as ruas e jardins. Não têm locais para tomar as refeições, trocar de roupa ou guardar ferramentas. Almoçam ao ar livre e têm de recorrer aos sanitários dos cafés.

O desprezo e desrespeito pelos trabalhadores atingiram níveis nunca antes vistos. No sector das obras,

durante um longo período, a chefe de divisão de edificações e pavimentos recusou-se a assinar a requisição de água para o pessoal do exterior.

Indignados e revoltados, os trabalhadores paralisaram no passado mês de Junho durante dois dias, só retomando o trabalho após verem satisfeita aquela reivindicação elementar.

«**No segundo dia de paragem, o presidente resolveu o problema. Mandou comprar máquinas distribuidoras de água e o pessoal passou a abastecer-se à vontade**», conta Macário Dias, condenando a incúria dos responsáveis em vários outros sectores da autarquia onde persistem graves deficiências em matéria de higiene e segurança.

Para além do avançado estado de degradação das instalações no Nicola, cuja atmosfera é empestada pelos gases tóxicos e cheiros das viaturas do lixo, o STAL tem denunciado as penosas condições em que laboram os três tratadores no canil municipal.

Confiança na luta

Após dois anos sem resposta às reivindicações, os trabalhadores realizaram uma greve em 27 de Maio de 2004, entre as 8.30 e as 13 horas. No final do plenário, desfilaram até ao edifício da Câmara.

Para surpresa de todos, manifestantes e transeuntes, encontraram o centro da cidade ostensivamente ocupado por forças especiais da polícia, equipadas com canhões de água, que a câmara requisitara procurando criar um clima intimidatório.

O protesto decorreu sem incidentes graças à maturidade revelada pelos trabalhadores que mantiveram a serenidade mesmo quando viram a sua delegação de representantes ser escoltada por agentes policiais até ao gabinete do presidente.

A cena inédita no Barreiro em 30 anos de democracia, longe de desmobilizar a luta, deu razões acrescidas aos trabalhadores para continuarem o seu combate contra um executivo autista e prepotente.

Já este ano, depois de meses de insistentes pedidos de audiência sem resposta, o STAL convocou, em 17 de Março, uma greve de 24 horas, que registou uma adesão de 80 por cento. Os transportes colectivos estiveram totalmente parados, na recolha do lixo apenas uma viatura saiu durante o turno da manhã e seis das oito juntas de freguesia encerraram as portas.

Contudo, o presidente Emídio Xavier permanecia surdo aos protestos e aos pedidos de reunião. Na Câmara, Serviços Municipalizados/Transportes Colectivos e Juntas de Freguesia, os trabalhadores decidiram marcar novo plenário geral para 19 de Abril que terminou com mais uma manifestação até aos Paços do Concelho,



Carlos Cortiço, Luís Santos, Macário Dias e Rosa Lopes membros das estruturas sindicais do STAL



«**As suas instalações estão dentro do canil, juntamente com 80 cães que fazem um barulho insuportável. Como não têm outro local, andam com protecções para o ruído e nada mais**».

Rosa Lopes, delegada e dirigente regional do STAL, que integrou a Comissão de Higiene e Segurança como representante dos trabalhadores, garante que «**durante três anos a Câmara não deu resposta a nenhum dos problemas. Está tudo na mesma e nada foi feito neste mandato**».

O desfile de protesto, em 27 de Maio de 2004, decorreu num clima de intimidação criado pelo forte dispositivo policial requisitado pelo executivo camarário

onde se concentraram cerca de 400 trabalhadores.

Os primeiros resultados

A firmeza de que deram provas começava a dar frutos. Nesse dia, o edil não só recebeu a delegação sindical, que lhe entregou a resolução aprovada pelo plenário, como se comprometeu a marcar duas reuniões com o STAL.

A luta persistente e determinada acabou por obrigar o executivo a recuar e a ceder a algumas reivindicações. Foram abertos concursos de promoção para várias dezenas de administrativos e operários; aos agentes únicos, com frequência vítimas de agressões, foi prometido apoio jurídico e mantiveram o direito ao passe para cônjuges. Finalmente, a Câmara começou a pagar os subsídios de turno em falta, com retroactivos a 2004, relativos aos 13.º e 14.º meses.

As razões para continuar a luta mantêm-se, não só porque a maioria das reivindicações continua por satisfazer mas também porque são pouco claras as intenções da actual maioria quanto ao futuro dos diferentes serviços.

Na opinião de Macário Dias existem motivos de preocupação: «**O novo quadro de pessoal prevê uma redução do número de pessoal administrativo, operário e auxiliar e um aumento de técnicos-superiores. Isto pode significar que já existem planos para privatizações no futuro, tanto mais que, por falta de pessoal, sectores como o saneamento já não têm capacidade para ocorrer a todas as situações. E no futuro será pior porque a cidade continuará a crescer com novas construções e urbanizações**».

✓ Luísa Tovar*

Projecto de Lei-quadro da Água

Como pretendem roubar-

Escrevo enquanto decorre na Assembleia da República o processo para aprovação de uma «Lei-quadro da Água» proposta pelo Governo. Terá havido desenvolvimentos do processo quando lerem este artigo. Mas a pertinência do alerta mantém-se e é preciso a todo o custo impedir que tal lei entre em vigor.

1.

A espoliação da água

O governo PS, o PSD e o CDS apresentam três diplomas gémeos que vão muito mais longe do que tudo o que até agora foi feito na privatização da água, tão longe que a própria incredulidade sobre os objectivos que pretendem atingir lhes tem servido de capa.

Trata-se da completa mercantilização da água, de permitir ao governo vender ou alugar para exploração comercial de longuíssimo prazo a água, os rios, as albufeiras, as praias e os portos de Portugal. Uma interpretação perversa do sistema de taxas incentiva à emissão descontrolada de licenças e concessões de sobre-exploração e degradação da água, assim como de ocupação selvagem do domínio público hídrico, a que se associam cláusulas de exclusividade. É instalado o negócio de «direitos de degradação» de revenda a retalho da utilização da água.

A lei conduz, por um lado, à «escassez» do recurso e, por outro, à formação de monopólios regionais protegidos que cairão inevitavelmente nas mãos das grandes transnacionais, em concessões por 75 anos.

As consequências na exclusão do direito das pessoas à utilização

da água e das praias, na segurança sanitária e em relação a cheias ou erosão, são gravíssimas. Os efeitos na subida de preços de produção, inviabilização de actividades económicas e destruição ambiental podem não ser evidentes nos primeiros meses, mas são sempre crescentes pela própria mecânica de mercado viciado instituído pela lei.

É crucial que haja debate alargado e a percepção pública do que significa a «Lei-quadro», porque ela só conseguirá passar se ocultar os verdadeiros intentos.

Os seus promotores sabem-no perfeitamente. Foi articulada uma campanha de propaganda falaciosa nos grandes «media», ao mesmo tempo que são silenciadas as denúncias de várias entidades sobre o verdadeiro conteúdo dessa lei. Silenciado foi também o projecto de «Lei de Bases da Água» apresentado pelo PCP que, quanto mais não fosse pela diferença, proporciona um debate comparado nada conveniente aos patrocinadores da «Lei-quadro».

A Associação Água Pública pôs na Internet (ver <http://aguapublica.no.sapo.pt>) bastante documentação sobre este processo, destacando-se um parecer detalhado enviado à Assembleia da República e cuja súmula se apresenta na peça ao lado.

Limito-me aqui a dar mais duas notas sobre a forma encapotada como se pretende transformar o domínio público da água em feudos de grandes transnacionais e como todas as funções essenciais da água são sacrificadas a grandes negócios.

2.

A extinção do domínio público hídrico

A forma de privatização mais subreptícia que a Lei do Governo institui começa na alteração ao regime de propriedade do Estado, sem mudança de proprietário.

O sistema de administração da água em Portugal deriva do direito romano e do código napoleónico, como o de França, Holanda, Espanha e muitos outros países. Este sistema fundamenta-se em três diferentes figuras, que fazem a ligação da Administração Pública ao direito de propriedade: a «propriedade patrimonial», o «domínio público» e a «servidão administrativa».

A «propriedade patrimonial» é a figura mais corrente e que todos conhecem. O seu dono pode usá-la mais ou menos indiscriminadamente, vendê-la ou alugá-la, e a lei protege o dono da deterioração ou utilização não autorizada por outrem. Há «propriedade patrimonial» de particulares e há «propriedade patrimonial» do Estado, que pode ser transaccionada, arrendada, ou

livremente utilizada, mediante determinadas regras mas essencialmente como património comercial gerido pelo Governo ou pela Administração Local a quem pertença.

O «domínio público» compreende «coisas¹» que são necessárias ao funcionamento comum do País. Pertencem ao Estado, mas uma «propriedade» muito especial, porque implica a obrigação de o administrar, proteger e promover, como «guardião» e não como dono arbitrário: o «domínio público» é imprescritível, intransaccionável e impenhorável – uma reserva muito mais ampla que a afirmação «não é uma mercadoria». É ao domínio público que está associado historicamente o licenciamento, e a essa função do Estado de protecção – os particulares podem usar o domínio público mediante licença, devendo esta assegurar que a utilização não prejudica o objectivo geral e estratégico das «coisas» incluídas no domínio público.

O domínio público hídrico é um caso muito especial de domínio público, porque se refere essencialmente à Natureza e, só acessoriamente e em função dela, a obras públicas. Diz respeito a utilizações múltiplas e de espécie diferente de um mesmo domínio – navegação, abeberamento, rega, utilização energética, e muitas, muitas mais – que interagem em cadeia e que são afectadas, de forma diferente, umas pelas outras. É suporte de vida, directa e indirectamente e condiciona a «habitabilidade» e fertilidade de todo o território envolvente.

A «servidão administrativa» é uma figura intermédia entre a «propriedade patrimonial» e o domínio público, «coisas» que necessitam de intervenção e acautelamento por razões semelhantes ao domínio público, mas podem ter um grau elevado de utilização privada sem prejudicar o interesse público.

O ataque ao domínio público hídrico é um dos principais objectivos do diploma do governo. A sua privatização materializa-se de três formas:

a) Revoga legislação que enumera as «coisas» incluídas no domínio público e subtrai várias na nova listagem. Transfere assim sub-repticiamente «coisas» para a propriedade patrimonial do Estado, ou seja, transforma-as em mercadorias que pode vender ou penhorar.

b) Institui que o Governo, por simples despacho ministerial, pode transferir o que entender do domínio público hídrico para a propriedade patrimonial do Estado.

c) Permite a concessão a privados, por períodos de 75 anos, de toda a exploração comercial, exclusividade de utilização e privação de acesso ou sublocação a terceiros do domínio público hídrico – isto é,

de exercício pleno de direitos de proprietário.

Esta intenção indisfarçável de venda do actual domínio público hídrico é complementada com uma intrusão muito dúbia do Estado na gestão da propriedade patrimonial de particulares, que pode ir à privação total e arbitraria do uso e à imposição de taxas.

3.

Para quem é a água?

O conceito subjacente à lei evidencia-se nas prioridades definidas para casos de conflito de utilizações ou de escassez, que estipulam o que é ou não é importante em situações de conflito, seja para efeitos de licenciamento, seja em casos de indisponibilidade temporária de água. O que se sacrifica e o que se privilegia, se não é possível satisfazer todas as necessidades ou todos os «pedidos»? O que é mais essencial?

A lei do Governo é clara ao considerar como «**utilizações principais** do domínio público hídrico»:

- Captação de água para abastecimento público;
- Captação de água para rega de área superior a 50ha;
- Utilização de terrenos do domínio público hídrico que se destinem à edificação de empreendimentos turísticos e similares;
- Captação de água para produção de energia;
- Implantação de infra-estruturas hidráulicas que se destinem aos fins referidos nas alíneas anteriores.

Todas as restantes utilizações são consideradas como «**complementares**», acrescentando que «em igualdade de condições, é preferido o uso que assegure a utilização **economicamente** mais equilibrada, racional e sustentável, sem prejuízo da protecção dos recursos hídricos».

Estas «utilizações principais» são o objecto das concessões por 75 anos... **a grande venda**, objectivo desta lei. As outras funções da água não são sequer dignas de menção...

4.

E amanhã?

A muito curto prazo, esta lei acarreta entradas no Orçamento de Estado e grandes negócios. Como todas as privatizações. Mas, num amanhã bem próximo, que nos resta? Como sobreviveremos, biológica e economicamente, depois de vender toda a água?

*Membro da Associação Água Pública

(¹) Usa-se a designação «coisas» no sentido legal, designadamente no código civil, «o direito das coisas», evitando-se a designação de «bens», que nas línguas latinas é frequentemente confundida com «coisas apropriáveis» ou, por vezes, com «propriedade transaccionável».



nos a água



STAL e Água Pública lançam abaixo-assinado

O STAL e a Associação Água Pública lançaram no final de Agosto um abaixo-assinado que condena o projecto de Lei-Quadro da Água apresentado pelo governo e exige a suspensão do processo legislativo que se encontra em curso na Assembleia da República.

Intitulado «Água – A vida não se vende», o abaixo-assinado está em circulação por todo o País e pode ser subscrito na página da Internet das duas organizações promotoras.

O documento exige ainda «que seja dado início a um amplo processo de discussão pública com toda a sociedade sobre uma Lei da Água justa para todos», considerando que «à semelhança do que fizeram os anteriores Governos PSD/CDS-PP, o Executivo de Sócrates evitou a discussão pública e mantém no desconhecimento geral as verdadeiras implicações e objectivos das suas propostas».

No momento do fecho desta edição já tinham sido recolhidas cerca de cinco mil assinaturas.

Exigir o debate

1. Os projectos apresentados pelo PSD (51/X), pelo CDS (104/X) e as propostas 19/X e 22/X do Governo PS são versões do mesmo projecto, iniciado em 2001 e designado por «Lei-quadro da Água». Um texto críptico e uma organização labiríntica escondem objectivos muito diferentes dos declarados e a sua aprovação seria gravíssima para os portugueses.

A essência da Lei Quadro reduz-se a um «corpo central» que se destina a alterar a legislação actual para instituir um mercado monopolista da água e dos terrenos do domínio público hídrico, permitindo ao Governo vender ou arrendar por longuíssimo prazo a sua exploração comercial. Este «corpo central» é a única parte realmente consistente da Lei-Quadro proposta pelo Governo, pelo PSD e pelo CDS.

É falaciosa a propaganda em torno da organização administrativa e dos planos, matérias em que a «lei-quadro» revoga muito mais do que institui. Nada impede o Governo de criar de imediato as ARH e a ANA, nem de delegar competências nos organismos públicos que entender – tem competência para definir a orgânica do Ministério e suporte no DL 70/90 para os órgãos que pretende criar, e nada obsta a que inicie os planos e programas de medidas. Existem, de resto, o Plano Nacional da Água e Planos de Bacia Hidrográfica que o Governo fez e meteu na gaveta.

Todo o resto do projecto é um vazio que remete para legislação posterior a elaborar pelo Governo matérias em grande parte de competência relativa da Assembleia da República. Ou seja, a Lei está por fazer.

E não haverá mais Lei porque o «corpo central» é incompatível com a protecção da água, com os direitos das pessoas e com as instituições portuguesas. Nem é conciliável com a Directiva Quadro da Água da UE, nem com a Constituição da República.

A Directiva impõe prazos muito difíceis de cumprir e resultados mensuráveis, de qualidade da água e do estado dos ecossistemas. A Lei-quadro, ao contrário de transpor a DQA, distorce-a e viola-a, tornando impossível o seu cumprimento.

2. O projecto 119/X apresentado pelo PCP, intitulado «Lei de Bases da Água» difere logo na forma – clara, sintética e estruturada. O eixo da «Lei de Bases» é a relação humana com a água, com destaque para os direitos das pessoas, a dinâmica dos processos naturais e das utilizações da água e a participação pública.

Concilia a base clássica da legislação portuguesa da água com os «novos» requisitos: os direitos constitucionais, a participação pública, a protecção da qualidade da água, das águas subterrâneas e dos ecossistemas, a função social e económica da água. Exige uma quantidade reduzida de alterações ao direito vigente, tem em conta a relação tradicional com a água e não choca, na sua aplicação, o «sentido de justiça» das pessoas.

Torna o direito da água consistente com a Constituição Portuguesa, vinculando os direitos ao uso da água, das praias e dos terrenos associados, a participação dos cidadãos e o acesso à justiça, respeitando as competências da Assembleia da República, do Governo, do Poder Local e dos Tribunais e articulando-as nesta matéria.

É consistente com a dinâmica dos processos naturais e das tecnologias de uso da água, e, ao contrário da Lei-quadro, cria de facto as condições para cumprimento da Directiva Quadro da Água. Assegura o cumprimento das directivas europeias sobre participação pública e a Convenção de Aarhus e prepara o suporte às novas directivas em elaboração

Os mecanismos incorporados para cumprimento da lei, assim como o Código da Água, são importantes contributos no combate ao incumprimento legislativo, reputado como a principal «praga» da legislação da água em Portugal.

3. As iniciativas legislativas do Governo, PS e PSD são inconci-

liáveis com os processos naturais e tecnológicos em causa, com a importância humana, social e ecológica da água, e também com o direito português e com as directivas comunitárias. Assim, entre os diplomas em apreciação, só o projecto do PCP poderia proporcionar os alicerces imprescindíveis a uma Lei da Água para Portugal.

4. Mas não basta um projecto. Qualquer Lei da Água precisa de ser sujeita a um processo de participação muito alargado, proporcionado o debate público de posições contrárias e acolhendo contribuições de áreas muito distintas. Esse processo não foi sequer iniciado.



✓ Eugénio Rosa
Economista

Dinamização da economia e combate às desigualdades

O ataque que está a sofrer, neste momento, a Administração Pública e os seus trabalhadores só poderá contribuir, por um lado, para agravar ainda mais a crise que o País enfrenta e, por outro lado, para dificultar a sua resolução. E isto porque para se poder ultrapassar a actual crise, é necessário que o Estado e, conseqüentemente, a Administração Pública, tenham um papel central dinamizando a economia e combatendo as desigualdades crescentes. E tudo isto é mais necessário num pequeno país com um tecido económico e social muito fragilizado, como é o nosso, e ainda por cima quando Portugal se encontra integrado numa União Europeia e inserido num mundo submetidos à lógica de uma globalização de cariz neoliberal.

Para compreender os objectivos do ataque à Administração Pública é necessário ter presente a acção dos sucessivos governos, que se têm alternado de uma forma pendular, com vista a criar condições que permitam transformar os serviços públicos, cuja privatização os grandes grupos económicos têm exigido, em áreas de negócio altamente rentáveis.

É evidente que tudo isto tem, por um lado, conseqüências graves para os trabalhadores e, por outro lado, fragiliza toda a Administração Pública e, conseqüentemente, reduz significativamente a capacidade de intervenção do Estado.

São todos estes aspectos que nos propomos analisar neste artigo, embora de uma forma muito sintética por limitações de espaço.

A crise actual

Portugal e os trabalhadores portugueses enfrentam um dos momentos mais difíceis depois do 25 de Abril. O desemprego não pára de aumentar; direitos de cidadania fundamentais, como são a segurança social (na Administração Pública, a aposentação), a saúde, o direito ao trabalho, etc., estão a ser fortemente atacados e postos em causa. O País vive um momento de estagnação e mesmo de retrocesso económico.

E esta situação difícil ainda se torna mais grave porque, em Portugal, o Estado é frágil e não tem conseguido responder, com eficácia, aos desafios e problemas resultantes da integração na União Europeia.

Efectivamente, a deslocalização de empresas no seio da própria União Europeia, com o objectivo único de explorar mão-de-obra barata e assim manter elevadas margens de lucro, está a atingir de uma forma muito particular Portugal.

Ataque à Administração Pública agrava crise e

Os defensores do poder económico e político dominante dizem que o aumento da competitividade da economia europeia só é possível através da eliminação de direitos fundamentais da cidadania, pretexto que é um dos mais utilizados pelas forças da direita e pelos grandes grupos económicos para atacar os trabalhadores.

Para justificar os sacrifícios que têm sido impostos sobretudo aos trabalhadores, os sucessivos governos evocam sistematicamente a necessidade da redução das despesas do Estado para cumprir valores de défice e de dívida pública iguais para todos os países, embora eles se encontrem em estados de desenvolvimento diferentes e com problemas económicos diferentes.

É precisamente neste contexto que terá de ser analisado o papel central que o Estado deve ter (a centralidade do Estado de que fala José Reis¹) e, em particular, a Administração Pública que o materializa em Portugal. E isto porque não será possível ao nosso País enfrentar com êxito os desafios e os problemas que a integração na União Europeia coloca, nem os perigos resultantes de uma globalização neoliberal que domina o mundo actual, sem um Estado e uma Administração Pública suficientemente dimensionada, de qualidade e eficiente, com trabalhadores altamente motivados e qualificados. Ou seja, precisamente o contrário de tudo aquilo que os governos do PSD/PP fizeram e daquilo também que o governo PS de Sócrates tem realizado.

Hoje, a escolha que se coloca é, por um lado, entre o domínio dos «mercados» (o que é uma forma de ocultar o domínio dos grandes grupos económicos que assim procuram fazer passar os seus interesses de classe como se fossem os de uma entidade acima das classes para os tornar mais aceitáveis), e, por outro lado, um Estado e uma Administração Pública interventores e com capacidade para responder com eficácia aos desafios e perigos que a sociedade portuguesa enfrenta devido à integração na União Europeia e a uma globalização à escala mundial dominada por um liberalismo selvagem.

É já evidente para muita gente que os chamados «mercados» não garantem nem a criação de emprego suficiente, nem serviços públi-

cos de qualidade acessíveis a toda a população, nem elevadas taxas de crescimento económico, nem um crescimento sustentado e equilibrado.

O domínio dos «mercados» está sempre associado a um crescimento económico desigual, ao aumento rápido do desemprego, ao crescimento da miséria e à recessão e mesmo ao retrocesso económico para muitos países, incluindo Portugal.

Desigualdades agravadas

A experiência portuguesa dos últimos anos, em que o Estado tem abdicado do seu papel central, em que a Administração Pública foi fragilizada através dos fortes ataques lançados contra ela e em que o chamado domínio dos «mercados» se acentuou, mostra que os problemas sociais e económicos existentes não só não se resolveram como até se agravaram.

Assim, entre 2001 e 2005, Portugal regrediu em termos económicos em relação à média da União Europeia. A diferença entre o nosso PIB (Produto Interno Bruto) por habitante e o PIB por habitante médio da União Europeia aumentou de 6.580 euros para mais de 8.200 euros, passando Portugal a ocupar o último lugar na UE15, depois de ultrapassado pela Grécia que, até 2001, esteve sempre atrás de Portugal.

Entre o primeiro trimestre de 2001 e igual período de 2005, o desemprego corrigido calculado com dados publicados pelo INE (indicador mais próximo do desemprego efectivo do que o desemprego oficial), aumentou de 337 mil para 549 mil (a taxa de desemprego passou de 6,4% para 10%).

Também as desigualdades na repartição do rendimento se agravaram em Portugal. Em 2004, a percentagem da riqueza criada que reverteu sob a forma de remunerações para os trabalhadores, (os quais representam mais de 73% da população activa portuguesa), foi inferior a 40 por cento do PIB.

E apesar da grave crise económica, o fosso que separa os ricos dos pobres não tem parado de se aprofundar. Segundo o próprio Eurostat (Gabinete de Estatísticas Europeias), entre 2001 e 2003, o número de vezes que o rendimento dos 20 por cento mais ricos da população portuguesa é superior ao rendimento dos 20% mais pobres subiu de 6,5 para 7,4 vezes.

É evidente que não são os «mercados», tão deificados pelo neoliberalismo, que resolverão os problemas do crescimento e do desenvolvimento em Portugal. Muito pelo contrário, a sua actuação descontrolada e livre só tem contribuído para agravar o atraso, as desigualdades, o desemprego e a miséria no nosso País.

Assim, enquanto o Estado não assumir com eficácia esse papel central, os graves problemas nacionais não serão resolvidos. Basta recordar três casos concretos que mostram que essa intervenção é necessária, e que a ineficácia e a ausência de uma acção coerente e com objectivos claros explicam a situação existente.

E esses três casos conhecidos são: a protecção do País contra os incêndios; a ameaça de destruição que paira sobre o sector têxtil; e o baixíssimo investimento realizado pelas empresas portuguesas, quer em I&D quer no aumento da qualificação dos seus trabalhadores e daqueles que as gerem.

É evidente também que não serão os «mercados» que resolverão estes problemas. Se não se verificar uma forte intervenção do Estado nestas áreas, a floresta nacional



Realidades exigem um papel central do Estado

Administração Pública

Económica e social

Governo retira 200 milhões das pensões dos trabalhadores

continuará a ser destruída a um ritmo elevado; uma parte muito significativa do sector têxtil corre o risco de desaparecer; e o atraso do País e a falta de competitividade da maioria das empresas portuguesas acentuar-se-ão.

Mas para que essa intervenção do Estado seja possível, é necessário uma Administração Pública com trabalhadores motivados e qualificados, o que pressupõe uma actuação do governo inversa àquela que tem sido seguida.

É também necessário eliminar as graves ineficiências que continuam a existir a nível da Administração Pública, aumentando a qualidade e eficiência na prestação dos serviços. No entanto, não parece ser esse o objectivo fundamental da acção do governo. A prová-lo está o facto de que milhões de euros de fundos comunitários destinados ao aumento da qualificação dos trabalhadores da função pública continuam a ser não aproveitados. O chamado Programa Operacional para Administração Pública (POAP) não foi ainda sequer iniciado. Só para o ano de 2004, a União Europeia disponibilizou 40 milhões de euros, dos quais o governo português não utilizou um único cêntimo.

O actual ataque aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública começou com a alteração da Lei de Bases da Saúde pelo anterior governo PSD/PP, com o objectivo de generalizar os contratos individuais de trabalho no sector da saúde, destruindo as carreiras dos profissionais do sector.

Seguiram-se a publicação da Lei 3/2004 (lei dos institutos públicos) e da Lei 23/2004, conhecida pela lei do contrato individual do trabalho, que visa impor a todos os trabalhadores da função pública condições ainda mais gravosas do que as constantes do próprio Código do Trabalho, instituindo um verdadeiro estado de excepção na Administração Pública e negando

direitos constitucionais como é o direito à contratação colectiva.

Desta forma procurou-se transformar o vínculo público num regime de excepção, ao qual futuramente a esmagadora maioria dos trabalhadores não teria acesso, passando a contratação de trabalhadores para a Administração Pública a ser feita quase exclusivamente com base em contratos individuais de trabalho, portanto com um vínculo muito mais precário.

Esta situação, criada pelo governo do PSD/PP, não foi alterada pela nova maioria PS, que optou por aplicar a legislação publicada pelo executivo anterior, agravando assim a precariedade em toda a Administração Pública.

Mas o governo do PS de Sócrates decidiu ir ainda mais longe ao aprovar novas medidas ou propostas contra os trabalhadores. Congelou a progressão nas carreiras, o que cria injustiças graves a nível da função pública; aprovou uma proposta de lei que visa alterar o Estatuto de Aposentação, não salvaguardando nem direitos adquiridos nem mesmo direitos já formados pelo tempo de serviço realizado até 2005; e prepara-se para alterar todo o sistema de carreiras profissionais num sentido contrário aos direitos e interesses dos trabalhadores, de que é exemplo a proposta de ACT apresentada pelo Ministério da Saúde para os Hospitais EPE, em que o sistema de carreiras profissionais existentes é totalmente destruído.

Para provar que a proposta de lei sobre a aposentação não respeita sequer direitos já formados basta ter presente o seguinte:

Qualquer trabalhador que se aposente até 2005, por cada ano de serviço tem direito a uma parcela de pensão igual a 2,5 por cento da sua remuneração na data de aposentação. É por essa razão que os trabalhadores que se aposentem até 2005 têm direito a receber uma pensão correspondente a 90 por cento da sua remuneração por 36 anos de serviço ($36 \times 2,5\% = 90\%$).

O governo pretende baixar aquela percentagem de 2,5 por cento, designada de taxa de formação da pensão, para apenas 2,25 por cento, mesmo em relação aos anos de serviço que o trabalhador completou até 2005.

Um trabalhador com 30 anos de serviço feitos até 2005 teria direito a uma parcela de pensão igual a 75 por cento da sua remuneração se a taxa de formação da pensão fosse 2,5 por cento por ano ($30 \times 2,5\% = 75\%$).

Todavia, se taxa de formação da pensão for reduzida para 2,25 por cento, como consta da proposta de lei do governo, pelos mesmos 30 anos de serviço completados até 2005, o trabalhador terá direito a uma parcela de pensão equivalente a apenas 67,5 por cento da sua remuneração na data de aposentação ($30 \times 2,25\% = 67,5\%$).

Recebendo uma parcela menor por cada ano de tempo de serviço, para não ficar com uma pensão muito mais baixa será necessário trabalhar muitos mais anos. Mas mesmo que trabalhe muito mais do que 40 anos, de acordo com a proposta de lei que o governo aprovou, ele nunca atingirá o correspondente a 90 por cento da sua remuneração, com acontece actualmente.

É desta forma que o governo pretende reduzir as despesas com as aposentações, apropriando-se de uma parte da pensão a que o trabalhador teria direito se o Estatuto da Aposentação fosse respeitado.

O próprio ministro das Finanças o confirmou numa recente conferência de imprensa, anunciando que nos próximos quatro anos o governo iria poupar cerca de 200 milhões de euros no pagamento de pensões aos trabalhadores. Ora, é evidente que estes cerca de 40 milhões de contos serão retirados das pensões que os trabalhadores teriam direito se o Estatuto da Aposentação fosse respeitado. É mais um exemplo da atitude de «posso, quero e mando» deste governo, que recusou todas as propostas apresentadas pelos sindicatos visando reduzir as consequências graves da proposta de lei da aposentação do governo.

Tudo isto tem também, por um lado, como consequência, tornar ainda mais precário o vínculo de trabalho na Administração Pública, fragilizando-a mais com vista a reduzir a sua capacidade de intervenção e, por outro lado, como objectivo, embaratecer o trabalho neste sector, criando também assim condições para tornar os serviços públicos (ex. saúde, ensino, água, limpeza urbana, etc.) altamente rentáveis para os grupos privados que venham a apoderar-se deles.

(¹) «Estado, instituições e economia. A despesa pública em Portugal» pág. 40, «A economia em curso: contextos e mobilidades», em «A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização», Edições Afrontamento



Braga

Capitais municipais em negócios de privados

A Agere, agora designada Águas e Ambiente de Braga, irá concorrer à privatização da Águas do Ribatejo, empresa intermunicipal que vai explorar os sistemas de saneamento e abastecimento da comunidade urbana da Lezíria do Tejo.

O anúncio foi feito em Julho passado por Mesquita Machado, que acumula o cargo de edil bracarense com o de presidente do conselho de administração desta empresa de capitais maioritariamente municipais.

Segundo declarou, a Agere vai lançar-se numa «estratégia de

expansão» com o objectivo de se afirmar no mercado nacional: «Não tenho dúvidas de que este é o primeiro de muitos concursos em que vamos participar já que somos uma empresa com *know-how* invejável capaz de concorrer directamente com grandes grupos nacionais e internacionais».

Mas para além do lucrativo negócio da água, Mesquita Machado revelou ainda que pretende avançar «em breve» para o mercado da limpeza e varredura, seja de espaços públicos seja de apartamentos.

Ora, há cerca de um ano, o presidente da autarquia já tinha anunciado a entrada da Agere – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Braga na área da limpeza a particulares, adquirindo com esse objectivo vários aspiradores urbanos. Na altura, a notícia foi mal recebida por alguns operadores privados que evocaram concorrência desleal por parte de uma empresa (ainda de capitais exclusivamente públicos) que não deveria visar o lucro.

Entretanto, em 17 de Fevereiro, o executivo socialista, com o apoio dos vereadores do PSD, aprovou a venda de 49 por cento do capital da Agere, ao consórcio constituído pelas sociedades anónimas DST (Domingos da Silva Teixeira, SA),

ABB (Alexandre Barbosa e Borges, SA) e Bragaparcques – Estacionamentos de Braga, SA, todas do sector da construção e obras públicas.

A quem serve a Agere?

É certo que a entrada de privados, mesmo em minoria, implicou uma alteração substantiva no carácter e objectivos da empresa, condicionando a sua actividade à obtenção de lucro, de modo a remunerar satisfatoriamente os capitais investidos pelo consórcio (cerca de 26,5 milhões de euros).

Contudo, apesar do seu novo estatuto, o facto é que a Agere continua ser parte integrante do património municipal, devendo por isso ser colocada exclusivamente ao serviço dos interesses do concelho e das suas populações.

Ao candidatar-se a «parceiro privado» da Águas do Ribatejo, a Agere concorre à realização de um investimento de 107 milhões de euros até 2008/9, co-financiado pelos Fundos de Coesão. O caderno de encargos é imenso. Inclui a construção de 44 reservatórios de água, de 27 estações elevatórias de água, 26 ETARs e de 50 quilómetros de adutoras de água, para além de 100 quilómetros de interceptores, 350 quilómetros de rede de colec-

tas de esgotos e de 49 estações elevatórias de esgoto no território de nove municípios: Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Salvaterra de Magos e Santarém.

Independentemente das considerações e objecções que se colocam quando ao modelo de gestão escolhido (que implica a alienação de valioso património com prejuízo para os municípios e populações), a concretização deste vasto projecto de infra-estruturas traduzir-se-á certamente numa melhoria dos serviços básicos de água e saneamento, esperando-se igualmente impactes positivos no meio ambiente.

Menos transparentes são, todavia, as motivações que determinaram a Câmara de Braga, accionista maioritário da Agere, a participar neste concurso. Quem é que irá realmente beneficiar com tantas obras? Será o Município e os bracarense que vivem a centenas de quilómetros de distância da formosa Lezíria do Tejo? Ou antes as construtoras, a quem Mesquita Machado abriu as portas da empresa municipal, já com o intuito, como agora se constata, de a transformar numa plataforma de negócios privados, estranhos ao interesse das populações que o elegeram?...



Depois da abertura ao capital privado, a Agere de Braga patrocina negócios estranhos ao interesse do concelho

Tortosendo

Águas da Teja acusada de burlar consumidores

A Junta de Freguesia de São Pedro enviou um protesto ao IRAR (Instituto Regulador de Água e Resíduos) sobre as práticas escandalosas da concessionária de águas e saneamento no concelho de Tortosendo.

A autarquia há muito que manifesta o seu descontentamento quer com falta de qualidade da água e dos serviços, quer com os preços exorbitantes cobrados aos utentes pela Águas da Teja, empresa criada em 1997 para gerir o sistema de captação e distribuição de água e recolha e tratamento de efluentes.

Logo em Setembro de 1998, o jornal *Terras da Beira*, relatava que «o líquido que sai das torneiras de Trancoso, para além de ter uma cor amarelada e cheiro, é impróprio para consumo», citando os resultados das análises realizadas no mês anterior pelo Laboratório da Administração Regional de Saúde da Guarda.

Entre a população chegou a circular um abaixo-assinado que recolheu

em poucos dias centenas de assinaturas e muitos utentes ameaçaram suspender o pagamento das facturas. Todavia, apesar das denúncias e reclamações, o abastecimento continua a processar-se em condições deficientes, em particular nos meses de Verão.

Em 2002, a Junta e a Assembleia de Freguesia aprovaram, por unanimidade, uma moção de protesto e exigiram que o IRAR, face à demissão do município das suas responsabilidades, usasse o seu poder de intervenção e regulação.

Contudo, a empresa não só nunca resolveu os problemas de qualidade como tem usado «todos os meios, desculpas e artimanhas para subtrair dinheiro aos consumidores», sublinha a Junta de Freguesia de São Pedro, em nova queixa enviada ao IRAR no passado dia 29 de Maio.

Servindo-se da sua posição de única fornecedora de um bem de primeira necessidade, a concessionária «pro-

cede à substituição dos contadores e mudança de local quando bem entende», sem dar conhecimento aos clientes, obrigando-os a pagar um serviço que não pediram; justifica acentuados aumentos mensais com alterações no «calibre dos contadores», embora não especifique as características destes nas facturas; exagera nas leituras por estimativa para aplicar os preços do escalão superior; e cobra valores elevadíssimos por serviços básicos.

Em anexo à sua queixa, a Junta enviou a cópia de um orçamento, no qual a empresa exige 5 878,60 euros (1178 contos) para efectuar a ligação de um ramal de saneamento com apenas 20 metros. «Não será um caso de burla e/ou extorsão?», questiona o documento enviado ao IRAR. A Águas da Teja é detida a 100 por cento pela Luságua, empresa que foi adquirida em 2001 pela Aquapor, passando a integrar o grupo estatal Águas de Portugal.

Água e financiamento das autarquias STAL reuniu com «Os Verdes»

A Direcção Nacional do STAL reuniu, no passado dia 5 de Julho, com representantes do Partido Ecologista «Os Verdes», no âmbito das suas jornadas parlamentares subordinadas ao lema «A água é um bem público».

No encontro, que teve lugar na sede nacional, o STAL manifestou a sua oposição às chamadas parcerias público-privadas no sector da água, considerando que estas mais não são do que formas encapotadas de privatização, incompatíveis com gestão deste bem público essencial.

Como forma de ultrapassar os actuais constrangimentos financeiros, o STAL defendeu a alteração do regime de endividamento das autarquias especificamente para a realização dos investimentos avultados necessários ao sector da água e saneamento.

O STAL sugeriu ainda a possibilidade de adopção de um regime de tarifário que tenha em conta os rendimentos do agregado familiar e a recomendação da Organização Mundial de Saúde relativamente ao volume de água considerado essencial para a subsistência humana.

Instalações da Adroana Câmara de Cascais enganou trabalhadores

Com a mudança forçada para as instalações inacabadas da Adroana, o local depressa se transformou num cenário de caos e desordem, onde o imprevisto impera, com prejuízo para os serviços e risco para a segurança e saúde dos trabalhadores.

No início de 2003, o executivo municipal garantiu aos órgãos representativos dos trabalhadores (Comissão Sindical do STAL e Comissão de Trabalhadores) que ninguém seria transferido sem estarem criadas todas as condições nas novas instalações. Mas não foi isso que aconteceu: **«A câmara enganou e continua a enganar os trabalhadores»**, afirma Carlos Azevedo, da Comissão Sindical.

Esta posição é naturalmente partilhada pelos delegados sindicais Gilberto Roneberg, Diamantino Guerra e José Coutinho e Isabel Rosa, dirigente responsável na

Regional de Lisboa do STAL pelo concelho de Cascais, que acompanharam a reportagem do *Jornal do STAL* e denunciaram as condições precárias em que são obrigados a laborar cerca de meio milhar de trabalhadores, na sua maioria operários e auxiliares.

A saída das oficinas municipais do centro urbano tornou-se inevitável desde que a anterior maioria socialista decidiu alienar os valiosos terrenos onde também funcionavam os ex-SMAS de Cascais.

As novas instalações, criadas de raiz, foram apresentadas como uma oportunidade para melhorar as condições de trabalho e a organização dos serviços. Receberam o pomposo nome de Complexo Multi-Serviços Municipal da Adroana e foram oficialmente inauguradas em Junho de 2004.

Contudo, ainda hoje, passado mais de um ano da transferência dos trabalhadores, o local continua a parecer um estaleiro de obras embargadas, em cujos terrenos se amontoam bidões de alcatrão, tijolos e areias, viaturas velhas, sucata e lixos, pairando no ar um cheiro nauseabundo a esgoto expelido por uma poluída linha de água, à qual,

Falta tudo na Adroana

Desde uma sinalética para identificação dos serviços e edifícios, a uma simples central telefónica, tudo falta na Adroana. Parece mentira nos dias que correm, mas qualquer tentativa de contacto telefónico com os serviços camarários neste local tem de ser efectuada através da portaria porque as diferentes secções não possuem linhas directas.

Como não há passeios na movimentada estrada nacional Manique-Alcoitão, a única que dá acesso ao complexo, os trabalhadores são obrigados a percorrer uma distância razoável pelas faixas de rodagem em constante insegurança. A zona não tem sinalização adequada ou sequer uma passagem de peões.

A penúria salta à vista no espaço de refeitório e do bar, onde não

existe uma simples torradeira, um expositor para bolos ou sandes. As mesas e cadeiras são de várias cores e feitios, tendo apenas em comum o aspecto vetusto e degradado de muitos anos a servir. Também aqui não há telefone...

Já foram detectadas várias infiltrações, deficiências na alimentação eléctrica e houve mesmo uma viga de um piso superior, no qual foi depositado o património arqueológico, que vergou sob o peso das pedras históricas.

De resto, quando chove, a caixa do elevador de um dos edifícios fica cheia de água e o mecanismo pára de funcionar. Sem qualquer protecção está a secção de lavagem-auto que continua a funcionar a céu aberto, num terreno lamacento e enegrecido pelos óleos e sujidades das viaturas.



A falta de condições no complexo da Adroana afecta a operacionalidade dos serviços e é um factor de desmotivação dos trabalhadores

os responsáveis pelo projecto pretenderam dar o aspecto de um pro-saico ribeiro.

A desordem mantém-se no interior dos pavilhões já construídos e nos hangares que foram adquiridos pela autarquia para instalar provisoriamente vários serviços. Materiais diversos, tintas, produtos químicos, combustíveis e ferramentas de trabalho são armazenados perigosamente nas secções, por vezes ao lado de cacifos enferrujados do pessoal, os quais, tal como a generalidade do mobiliário e equipamentos que encontrámos, transitaram das velhas oficinas.

Problemas agravam-se

Carlos Azevedo recorda a forma como a autarquia forçou os trabalhadores da higiene e salubridade a mudarem-se para a Adroana em 19 de Dezembro de 2003. **«Foram praticamente escoraçados do seu espaço e colocados num pavilhão com paredes ainda em reboco, destinado ao arquivo histórico. Aí tiveram de construir as suas próprias divisórias e só mais tarde a Câmara comprou dois hangares, balneários e um refeitório pré-fabricados (o refeitório acabou por ser consumido por um incêndio que felizmente não teve consequências mais graves). Tudo foi feito a título provisório e sem qualquer acompanhamento técnico»**.

E é a título provisório que tudo ainda se mantém. Por isso, exigindo a resolução rápida dos problemas mais graves, em Julho passado, a Comissão de Trabalhadores enviou ao presidente da Câmara um documento com cerca de 30 páginas, contendo abundante material fotográfico, que chama a atenção do edil para as numerosas anomalias e avança com propostas e sugestões.

Este é igualmente um tema central do caderno reivindicativo da Comissão Sindical do STAL, apro-

vado e entregue à autarquia no mês de Julho. Contudo, as respostas continuam a tardar e os problemas agravam-se.

Vidas em risco no Dramático

Palco de memoráveis acontecimentos culturais e desportivos, o Pavilhão do Dramático foi desactivado há cerca de dois anos devido ao perigo de derrocada e está em vias de ser demolido.

Contudo, por baixo, na insalubre cave, com paredes e tecto corroídos pela humidade, todos os dias, três dezenas de jardineiros ali trocam de roupa, tomam refeições, guardam máquinas, ferramentas e todo o tipo de materiais.

O actual executivo dirigido por António Capucho foi alertado repetidamente para o problema e prometeu resolvê-lo, chegando mesmo a discutir com a comissão sindical do STAL um projecto de novas instalações.

Mas o tempo foi passando e os trabalhadores da Divisão de Parques e Zonas Verdes (DVER) do Parque Marechal Carmona permaneceram esquecidos nas catacumbas.

Mostrando-se zelosa com a segurança do público, a autarquia tratou os seus funcionários como cidadãos de segunda, negando-lhes instalações alternativas mesmo depois de ter reconhecido a iminente ruína do Pavilhão.



O perigo iminente de derrocada do Pavilhão do Dramático é uma ameaça para os 30 trabalhadores que estão instalados na cave

Carta de um trabalhador À atenção do primeiro-ministro

Mariano Trabuço Raminhos Aranhó, assistente administrativo, no Município de Elvas, enviou uma carta ao primeiro-ministro, chamando a atenção, através do seu caso pessoal, para a injustiça das alterações ao regime de aposentações. Da missiva transcrevemos os seguintes extractos:

«Antes de ingressar na Administração Local, já trabalhava desde os meus 13 anos (...) tendo efectuado o primeiro desconto para a Segurança social com apenas 14 anos.

Tenho na presente data 34 anos, dois meses e oito dias de trabalho e 49 anos de idade. Ora se tiver de trabalhar até aos 65 anos de idade, cumpro 53 anos de trabalho e de descontos, enquanto um jovem de hoje, que normalmente inicia a sua actividade profissional aos 24 anos, irá trabalhar 40 anos.

É óbvio que também não considero justo aposentar-me quando atingir os 36 anos de serviço pois terei na altura 51 anos de idade. Mas aos 65 anos é uma injustiça, tendo em conta que desconto desde os 14 anos.

(...) «Ponha-se Vossa excelência, por momentos, no lugar de um funcionário que (...) quando lhe falta pouco mais de um ano para ter direito à aposentação é-lhe anunciado que terá de trabalhar mais 17 anos. Gostava de saber qual a atitude que tomaria?»

Guarda

Sensibilizar turistas e emigrantes

A Direcção Regional da Guarda do STAL promoveu, no mês de Agosto, a já tradicional acção de sensibilização de turistas e emigrantes no posto fronteiriço de Vilar Formoso.

Desejando uma «boa estadia» aos visitantes, como se lia numa faixa colocada no local em evidência, dirigentes e delegados sindicais do STAL distribuíram comunicados, em inglês e francês, denunciando a ofensiva do Governo

contra os trabalhadores da Administração Pública, os baixos salários praticados em Portugal e a política de destruição de serviços públicos.



Universidade Independente Ano lectivo com novas propostas

A Universidade Independente – UNI continua a disponibilizar aos associados do STAL condições vantajosas na inscrição e frequência de formação num diversificado leque de áreas do conhecimento.

Das Ciências Sociais e Humanas, às Ciências de Engenharia e Tecnologias, passando pelas Artes e Direito, esta instituição propõe no presente ano lectivo 14 licenciaturas homologadas, em horário labo-

ral e pós laboral, e um amplo conjunto de pós-graduações e mestrados.

Entre outras novidades, a universidade destaca os Cursos Únicos, dirigidos em especial à população desempregada ou com tardes disponíveis. Informações mais pormenorizadas podem ser consultadas no site www.ini.pt ou através do telefone 218 361 941, fax: 218 361 922 ou e-mail lucia@uni.pt

Conversas desconversadas

✓ Adventino Amaro

O Aperitivo



O Agapito Inocência é um espectáculo de gente! Quando pensa estar no auge, no topo da bela vida, há sempre algo que acontece que o deixa a meditar pois, afinal, estas coisas que da vida fazem parte nunca são o que parecem e raramente parecem o que realmente são.

Em miúdo, o Agapito foi criado de servir em casa de D. Tranquedo, um nobre e viril marquês que bem cedo o iniciou na arte de «aperitar». Acontece que a marquesa, amada esposa Tranquedada por matrimónio católico, apostólico e romano, gostava da vida cheia, preenchida até à tampa sem hiatos no percurso.

O marquês, por sua vez, era prático e conciso, não perdia nunca tempo com preliminares inúteis. Quando se ia à marquesa ia directo ao assunto, vamos lá que se faz tarde, e ao fim de dois minutos tinha o assunto arrumado.

A marquesa e o marquês discutiram as diferenças e acabaram por chegar a um consenso final sobre o que andaria mal no seu nobre casamento. Foi assim que decidiram:

- Se a marquesa se dá mal com o instinto animal que o marquês sempre revela, e o marquês não tem tempo nem sequer discernimento para preliminar a coisa, é necessário arranjar alguém para equilibrar os dois pratos hormonais da quase real balança.

E foi aqui que entrou, toda a gente já topou, o Agapito Inocência. Naqueles dias do mês em que o marquês investia, o Agapito lá estava uma boa hora antes, a abrir o apetite da marquesa encalorada para a lauta refeição que o marquês representava. Foi assim que o Inocência passou a ser conhecido pela outra criadagem como o «aperitivo», sem mestre nem vassalagem.

Mais tarde a vida inocente deu algumas cambalhotas até que um dia, por sorte ou

por macabra ironia, já o marquês falecera e a marquesa se fora, o Agapito arranjou com toda a facilidade emprego na Função Pública. O que veio confirmar que a vida também tem lógica, e a experiência que se ganha em qualquer actividade serve sempre muito bem para a que a seguir vier.

O Agapito Inocência passou a partir de então a ser, já não o aperitivo dos governos da nação, dos Belmiros de Azevedo e gente correlativa, dos Constâncios governadores, governantes e, sobretudo, muito bem governados, mas as «entradas», servidas em todas as refeições dessa cambada instalada à mesa do orçamento.

Quando um governo qualquer quer sacar a quem trabalha mais uns cobres para engordar ainda mais a canalha, começa por atacar o que já tem sobre a mesa, mesmo à mão de semear. As «entradas», sim senhor. O Agapito, claro.

Se o grande patrão não quer aumentar os vencimentos a quem para si trabalha e lhe atafalha o baú, logo o governo se apressa a dizer ao Agapito que o não pode aumentar porque ele já ganha bem, muito mais do que os outros e isso não pode ser porque é injusto, caramba. E depois desta brilhante e encomendada «entrada», o patrão respira fundo, atesta mais a carteira e não aumenta ninguém porque os sacrifícios têm de ser bem divididos por todos, quem não consegue ver isto não é um bom patriota.

E o mesmo se vai passando com os gastos na saúde (em especial na doença), na idade para reforma e nos cálculos respectivos para calcular a pensão, e em muitas outras frentes de batalha que o governo, a quem algum brincalhão alcunhou de socialista, abriu na guerra declarada a quem vive do trabalho.

Sempre que lá vem torpedo, ou míssil ou bomba atómica, o Agapito é o primeiro a experimentar os efeitos que mais tarde, fatalmente, vão dizimar os restantes.

E é assim que o Agapito, criado no antigamente e hoje trabalhador da Administração Pública, passou de aperitivo na refeição dos marqueses a «entrada» nos banquetes dos vampiros da era «pós democrática».

Ó pobre democracia, cujo nome é sempre invocado em vão.

Coimbra SMTUC fechados ao diálogo

Os trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) exigem que a administração discuta com o STAL questões de ordem laboral, relativas a marcação de férias, horário de trabalho e horários dos transportes públicos da cidade.

Na sequência de um plenário realizado em 15 de Junho, no qual participaram mais de uma centenas de trabalhadores, a estrutura do STAL enviou nova carta aos responsáveis da administração exigindo a marcação de uma reunião com representantes dos agentes únicos.

Em Fevereiro e Abril deste ano, o Sindicato dirigiu pedidos formais à administração dos SMTUC, os quais, lamentavelmente, nunca tiveram resposta.

Ponta Delgada Concursos atrasados

Os longos atrasos na divulgação dos resultados dos concursos estão a prejudicar muitos trabalhadores da Câmara de Ponta Delgada, nos Açores. No final do mês Junho, uma delegação do STAL reuniu com a presidente da edilidade, Berta Cabral, a quem expôs as razões de queixa dos funcionários, que passam ainda pela não abertura de concursos internos e atrasos nas classificações de serviço.

Por outro lado, o Sindicato pretende que a autarquia reconheça um conjunto de carreiras como verticais, à semelhança do que já aconteceu nas Câmaras de Angra do Heroísmo, Velas de S. Jorge e Graciosa, onde os responsáveis autárquicos resolveram o problema a contento dos trabalhadores sem recurso aos tribunais.

O STAL alertou igualmente para as más condições nos Estaleiros de Santo António, um armazém de 20 metros quadrados, onde não existem sanitários para 30 trabalhadores, nem escritório para o encarregado.

Gondomar Autarquia impede plenário

A Direcção Regional do Porto acusa o presidente da Câmara de Gondomar de praticar ilegalidades laborais, salientando que «desde que foi eleito, em 1994, nunca encontrou tempo para reunir com representantes do sindicato».

Em conferência de imprensa, realizada em 14 de Junho, o STAL denunciou o facto de esta ser «a única autarquia do distrito que levanta dificuldades à realização de plenários na horário laboral», revelando que a Câmara não autorizou a realização de um plenário, marcado para as nove horas desse mesmo dia, alegando que a reunião «prejudica gravemente o bom funcionamento de alguns dos serviços essenciais».

Marco de Canaveses Preços da água provocam revolta

A população de Marco de Canaveses está revoltada contra os aumentos brutais da água. O novo tarifário duplicou os preços e há casos em que a factura subiu cinco vezes.

O protesto foi manifestado na rua, no passado dia 3 de Agosto, frente ao edifício da Câmara Municipal, onde se concentraram cerca de quatro mil pessoas que responderam à convocatória da Comissão de Utentes da Água.

«Dêem de beber a quem tem sede», «Não aos aumentos da água e saneamento», «Privatização não», «Basta de roubos» eram algumas das palavras de ordem inscritas em faixas e cartazes que traduziam a indignação dos populares.

De acordo com testemunhos citados pelo *Jornal de Notícias*, as novas facturas da *Águas do Marco* relativas ao mês de Julho duplicaram de valor. O preço do metro cúbico atinge agora 2,20 euros (mais de 440 escudos). Lojistas e comerciantes não hesitam em qualificar o novo tarifário como «um roubo». Maria José Monteiro, gerente do café *Conforto*, afirmou àquele jornal, que «antes pagava 150 euros de dois em dois meses, agora, cerca de 300 euros».

O executivo autárquico ainda presidido por Avelino Torres, aceitou reunir-se com representantes da Comissão de Utentes, mas Norberto Soares, autarca e cabeça de lista da actual maioria CDS/PP, evitou comprometer-se, dizendo apenas que irá



O protesto na rua contra os aumentos exorbitantes

«estudar o assunto e depois veremos o que podemos fazer».

Contudo, em comunicado, a Câmara reconheceu a existência de «diversas distorções» nas facturas cobradas aos utentes, propondo que estes sejam ressarcidos nos próximos pagamentos.

A *Águas do Marco* iniciou a sua actividade em Janeiro deste ano, na sequência de um atribulado concurso, lançado em Fevereiro 2003, que foi vencido numa primeira fase pela multinacional francesa *Générale des Eaux/Vivendi*.

Contudo, a decisão foi contestada pela AGS, empresa controlada a 100 por cento

pela *Somague*, a qual foi comprada, em 2004, pelo grupo de construção espanhol SyV – *Sacyr Vallehermoso*.

Em Dezembro de 2004, o consórcio da *Águas do Marco*, constituído pela AGS, a *Aquapor*, *Camilo Sousa* e *Gaspar Ferreira*, assinou o contrato de concessão da exploração e gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento por um prazo de 35 anos.

O concelho tem uma população de 54 mil habitantes, com uma taxa de cobertura de água de 40 por cento e de tratamento de efluentes de cerca de 31 por cento.

Psicólogos nas autarquias exigem soluções

Adequar carreiras

A inexistência de legislação específica que enquadre os psicólogos clínicos vinculados às autarquias coloca estes profissionais numa situação de desigualdade face aos seus colegas adstritos ao Ministério da Saúde.

Actualmente, os psicólogos ligados, por exemplo, aos serviços de medicina ocupacional das autarquias, estão integrados na carreira de técnico superior do regime geral e não na carreira específica de técnico superior de saúde.

Em consequência, estes especialistas não só são prejudicados em termos de evolução profissional e de retribuição, como se vêem impedidos de transitar para organismos do Ministério da Saúde, uma vez que não lhe é contado o

tempo de serviço prestado nas autarquias.

Acresce que os psicólogos estão hoje a ser avaliados por técnicos de outras áreas, quer no que se refere à supervisão da sua actividade quer no âmbito de concursos públicos camarários.

Com vista à resolução destes e outros problemas específicos desta carreira, STAL, STML (Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa) e Sindicato dos Psicólogos, em reunião realizada em Abril, decidiram coordenar esforços no sentido de exigir junto das entidades competentes (autarquias e governo) a integração destes profissionais num regime equiparado ao existente no Ministério da Saúde, com todas as consequências daí decorrentes.

Rede de abastecimento SMAS do Porto investem em obras

Os Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento (SMAS) do Porto investiram mais de um milhão de euros no primeiro semestre deste ano em obras de renovação da rede de distribuição da água.

Em comunicado divulgado à imprensa, os SMAS salientam os trabalhos de extensão e substituição de cerca de 10 quilómetros de condutas em toda a cidade, «o que representa o dobro do total instalado durante igual período de 2004 (48 quilómetros)». O presidente do Conselho de Administração dos SMAS, Rui Sá, afirma que os serviços têm vindo a realizar um esforço considerável no sentido de melhorar a distribuição de água na cidade e, paralelamente, de cumprir o plano de investimentos previsto para este ano.

As obras efectuadas neste primeiro semestre do ano decorreram nas freguesias de Foz do Douro, Cedofeita, Ramalde, Paranhos, Lordelo do Ouro, Aldoar e Santo Ildefonso. Os responsáveis dos SMAS anunciam que, até ao final do ano, deverão ser instalados cerca de 30 quilómetros de condutas novas, o que representa mais do dobro das infra-estruturas deste tipo concluídas no ano passado (13 quilómetros).

Internet

✓ Víctor Nogueira

Cidades Digitais

Participar, facilitar e conhecer

Todos gostamos de ver a nossa vida facilitada quando nos dirigimos a um serviço público ou a uma autarquia.

Podemos fazê-lo a pé ou viajando pela Internet, onde muitos municípios já estão presentes. Visitá-los todos é uma tarefa demorada pelo que tomamos essencialmente como ponto de partida o Programa das Cidades Digitais (<http://www.cidades-digitais.pt/>).

Alguns portais já desenvolvidos merecem uma visita: Almada Digital (<http://www.almadadigital.pt/>), Bragança Digital (www.bcd.pt) ou ÉvoraNet (www.Evora.net). Lisboa (www.cm-lisboa.pt) é um bom exemplo duma autarquia que permite a participação interactiva dos cidadãos, organizando-se por áreas de interesse. Um site acessível e simpático é o de Setúbal – Município Participado (www.mun-setubal-pt).

Os vários projectos integrados no Programa Cidades e Regiões Digi-

tais têm como fim alargar a utilização da Internet à Administração Pública para melhorar a sua capacidade de resposta, simplificando e tornando transparentes os processos de decisão e favorecendo ao mesmo tempo a participação dos cidadãos. Outro objectivo é promover a generalização do uso da informática através da criação de espaços públicos com acesso gratuito à Internet e ao correio electrónico.

Segundo o referido Programa, os sites devem facilitar a vida aos cidadãos e organizados de acordo com «factos da vida». «Todos os formulários e respectivas informações sobre os procedimentos associados [devem] ser disponibilizados para *download* em articulação com o atendimento prestado pelas autarquias (centro de contacto *on-line* e telefónico, balcão, etc.). Os serviços mais utilizados pelos cidadãos, como por exemplo informações sobre o estado dos processos de licenciamento de obras, pedidos de certidões, actualização de moradas,

pagamento de taxas e licenças, processos relacionados com as águas e o saneamento, deverão ser disponibilizados de forma interactiva (submissão electrónica e consultas *on-line* do estado do processo). »

O objectivo destes e doutros Portais Regionais é possibilitar também o acesso às autarquias, com maior ou menor interacção com os utilizadores, através de balcões virtuais, com *download* de documentação ou com acesso

à informação, aos processos ou aos serviços. Mas encontram-se outros motivos de interesse. Em Almada (www.m-almada.pt/pegada/index.php) há um interessante programa/jogo de sensibilização ecológica. No Porto pode fazer-se uma viagem a três dimensões (www.cm-porto.pt:8081/infoportugal/). Na maioria dos sites há também preocupação em divulgar a vida sócio-cultural, a história, os monumentos e os costumes de cada município.



reverso

A grande renovação

«É preciso renovar os políticos que temos», cacarejam em uníssono PSD e PS.

«Vamos limitar mandatos de autarcas e deputados para que os dinossauros sejam de cada vez menos e a política passe a ser a tal coisa que apetece e não um asilo de oiro para alguns aposentados.

Como sempre coerentes, como sempre descarados, Os dois partidos cá estão a dar-nos um belo exemplo Propondo p'ra candidatos ao palácio de Belém Dois artistas mais que velhos nem sequer recauchutados Cada um deles a rever-se, em sonhos, senhor do templo Que ambos já profanaram com um profundo desdém

Mas porque será que nós, nobre povo Lusitano, Nunca conseguimos ter os mortos bem enterrados? Soares outra vez? Cavaco? Socorro, quem nos acode? Será que não merecemos nenhum respeito, «catano»? Será que vamos gramar um destes dois retardados Só porque quem pode manda e quem manda sempre pode?

Outro sapo para engolir? Para mim chega. Mais, não!!!

A Melga

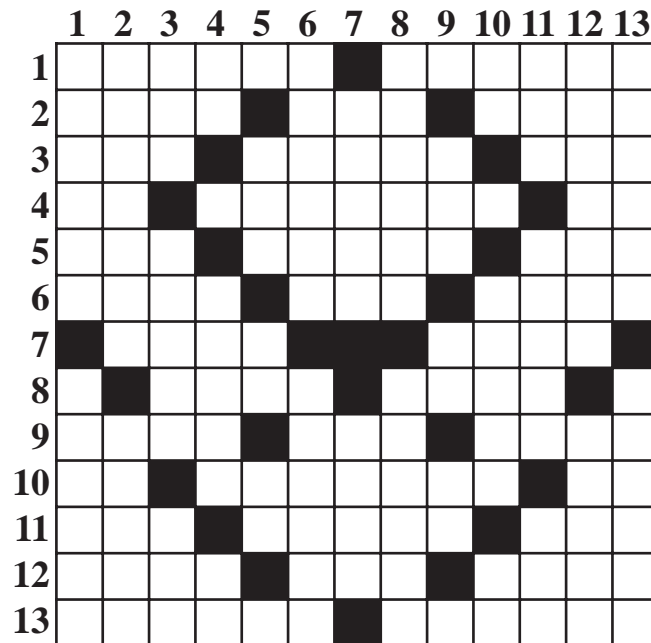
Palavras cruzadas

Horizontais: 1 – O candidato da esquerda? Este? Tenham lá dó!; E este outro candidato é da direita, pelos menos não disfarça. 2 – Cercadura; gosto muito de; tipo de licor. 3 – Alegre-se; até estas eles querem privatizar...; patrão. 4 – Acusada; riscos; também 5 – Instituto Nacional de Administração; segurar; aliei. 6 – Negro; isolados; alegoria. 7 – Acto de empar; recente. 8 – Escudeiros; gruda. 9 – Banca; vazio; medida de uma superfície. 10 – Presidente da República; tornar a virar; diverte-te. 11 – Governanta; sorvi o leite materno; ovário de peixe. 12 – Ramada; esconderijo de gente de má nota; munir com asas. 13 – Conjunto das divindades da mitologia grega; põe em brasa.

Verticais: 1 – Ria mas com moderação; apoio. 2 – Dirija; ilha no norte que também tem festival rock. 3 – Fileira; instrumentos de ataque ou defesa; Assistência Médica Internacional. 4 – Batráquio; cobrir com ópio; Assembleia Municipal. 5 – Relativo ao ar; a

ele; no lugar de. 6 – Escola Náutica Portuguesa; axila. 7 – Em quantidade; topo. 8 – Pressionas; país asiático. 9 – Contração de Senhor; dificuldade; lamento. 10 – Siga; Dente canino; brisa. 11 – Nome de mulher; emitir o som dos lobos; onda. 12 – Muito deste é necessário para construir um prédio; muitas são medicinais e outras quase mortais. 13 – Nome de homem; branqueara a casa no Alentejo.

Horizontais: 1 - Soares; Cavaco. 2 - Ora; amo; ervas. 13 - Osório; calara. molar; ar. 11 - Ana; uivar; olá. 12 - Cimento; 8 - Coages; Coreia. 9 - Sor; no; ai. 10 - Va; ao; em. 6 - Sagres; sovaco. 7 - Muito; cimo. 3 - Ala; armas; AMIL. 4 - Ra; opiar; am. 5 - Aer; **Verticais:** 1 - Sorria; amparo. 2 - Oriente; Ermal. 12 - Rama; coi; alar. 13 - Olimpo; abrasa. 10 - PR; revirar; ri. 11 - Ama; mamei; ova. novo. 8 - Aios; cola. 9 - Mesa; oco; área. 5 - INA; reter; unil. 6 - Altro; sos; mito. 7 - Empa; anis. 3 - Ria; aguas; amo. 4 - Fe; perigos; er.



jornal do STAL

N.º 79

SETEMBRO 2005

Publicação

de informação sindical
do STAL**Propriedade**STAL – Sindicato
Nacional dos
Trabalhadores
da Administração Local**Director:**

Santos Braz

Coordenação**e redacção:**José Manuel Marques
e Carlos Nabais**Conselho****Editorial:**Adentino Amaro
António Augusto
José Lança
António Marques
Victor Nogueira**Colaboradores:**Adentino Amaro,
Ângela Nobre
António Marques,
Jorge Fael,
José Lança,
José Torres,
Victor Nogueira,
Manuel Gameiro**Grafismo:**

Jorge Caria

Redacção**e Administração:**

R. D. Luís I n.º 20 F

1249-126 Lisboa

Tel: 21 09 584 00

Fax: 21 09 584 69

Email:

jornal@stal.pt.

Site Internet:

www.stal.pt

Composição**e impressão:**

Heska Portuguesa

Campo Raso

2710 - SINTRA

Tiragem:

56 000 exemplares

Distribuição gratuita

aos sócios

Depósito legal

Nº 43 080/91

um livro, um autor

✓ António Marques

Na madrugada de 13 de Junho deste ano, faleceu Álvaro Cunhal um Português com uma dimensão humana e política e uma grandeza ideológica e intelectual que lhe conferem o estatuto de um dos maiores vultos se não mesmo maior da nossa história e da nossa cultura de todo o século XX.

A homenagem que o povo lhe prestou quando do seu funeral foi de tal modo grandiosa que só pode ser interpretada como o reconhecimento do seu passado ao serviço da liberdade e reacção colectiva de gente anónima que, ao despedir-se do amigo na sua última morada, lhe expressa carregado de significado, «Até Amanhã, Camarada».

O que do Homem Político disseram quando do seu passamento, figuras nacionais e estrangeiras apenas nos recordam a universalidade, o carisma deste Português singular. Hoje e em traços brevíssimos queremos recordar outra faceta, aliás não dissociável de Álvaro Cunhal, o seu recorte intelectual traduzido nessa obra magnífica, misto de romance épico e profundamente marcado por um estilo realista, assinado por Manuel Tiago, autor que foi mistério de tantos anos na cultura portuguesa e que era o próprio Álvaro Cunhal.

Autor de uma vasta obra multifacetada, plástica e sobretudo literária, onde estilisticamente figura o romance, o conto, a narrativa, o ensaio, em obras de superior qualidade, é importante destacar a tradução para a nossa língua do clássico «Rei Lear» de Shakespeare, revelador do seu grande domínio da língua inglesa e de diversos outros idiomas estrangeiros, permitindo-lhe ler na origem os grandes escritores mundiais e acompanhar directamente os diversos teatros sociais e políticos do mundo inteiro.

Por um mundo liberto dos opressores

«Até Amanhã, Camaradas» consegue retratar

com clareza o pulsar da vida do Portugal da época, recortando pequenas cidades de província, alimentadas por vilas características, aldeias pequeninas e campos a perder de vista. Tudo fica documentado no seu registo social desde a alimentação ao convívio, sublinhando sempre o modo de vida, as formas e as condições de trabalho e apresentando a maneira como o povo reagia à vida interna e aos ecos que a censura deixava escapar do mundo exterior.

Em «Até Amanhã, Camaradas», estamos perante um verdadeiro filme épico entre figuras clandestinas e gente militante que podem ser operários ou comerciantes de pequenos recursos, discutindo as notícias, reunindo organizadamente, construindo uma visão para o futuro, com naturalidade, ao sabor dos empurrões que o imprevisto proporciona, mas que o cimento do Partido vai colando

Até Amanhã, Camaradas

de Manuel Tiago (Álvaro Cunhal)

com força inabalável superando sempre os confrontos e as divergências, segregando a melhor tática a cada passo que se quer seguro.

Ao lermos «Até Amanhã, Camaradas» sentimos a influência de André Malraux, em «A Esperança», ou até Alves Redol, em «Gaibéus», obras que marcaram gerações onde o povo



fervilha e as emoções lavram.

A coragem do dia a dia numa vida diversa e recortada de contrastes, povoada por um exercito de sombras, seres humanos com as suas

fragilidades e esperanças, sacrificando o

quotidiano em actos de solidariedade e acções

Álvaro Cunhal

1913-2005

Álvaro Cunhal nasceu em 10 de Novembro de 1913, na freguesia de Sé Nova, em Coimbra, filho de pai advogado e mãe doméstica.

Em 1931, com 17 anos, adere ao Partido Comunista Português, estudava então na Faculdade de Direito de

Lisboa. Em 1934, é eleito pelos estudantes de Lisboa seu representante no Senado Universitário. No ano seguinte, foi eleito secretário-geral das Juventudes Comunistas. Na Primavera de 1936, é chamado ao Comité Central do Partido.

Enviado em missão a Espanha, está em Madrid nos primeiros meses da Guerra Civil, após o levantamento fascista contra a República Espanhola. Entrou clandestinamente em Portugal

no Verão de 1937, foi preso pela então PVDE. Torturado, não falou, deixando a salvo dos carcereiros fascistas os segredos do seu Partido. Libertado um ano depois, regressa imediatamente à luta revolucionária, voltando a ser preso em 1940 e passando mais um ano encarcerado. No Outono de 1942, foi chamado ao Secretariado do Comité Central.

Preso em Março de 1949, e mantido incomunicável durante 14 meses, recusou-se novamente a responder a qualquer pergunta da PIDE. Levado a «tribunal» nos dias 3 e 10 de Maio de 1950, fez um ataque à política do governo fascista e a defesa da orientação e acção do Partido. O acusado virava acusador e sentava o fascismo e os seus sustentáculos no banco dos réus. Condenado, permaneceu preso 11 anos seguidos, oito dos quais em completo isolamento.

Os dias de cárcere terminariam a 3 de Janeiro de 1960, quando, juntamente com outros destacados militantes comunistas, se evadiu da Fortaleza de Peniche. Na reunião do Comité Central de Março de 1961, foi eleito secretário-geral do Partido – cargo que não tinha sido preenchido desde 1942, data da morte de Bento Gonçalves no Campo de Concentração do Tarrafal.

Derrubado o fascismo, a 25 de Abril de 1974, regressa a Portugal cinco dias depois. Um banho de multidão esperava-o no aeroporto. Foi Ministro sem Pasta dos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º governos provisórios e eleito deputado à Assembleia Constituinte em 1975 e à Assembleia da República em 1976, 1979, 1980, 1983, 1985, 1987. Foi membro do Conselho de Estado.

No XIV Congresso do PCP – realizado em 1992 – deixou o lugar de secretário-geral do PCP, mantendo-se membro do Comité Central até ao fim da sua vida.

Versão resumida da biografia publicada na edição de 17 de Junho do jornal «Avante!»

colectivas são o exemplo da afirmação num futuro que se quer melhor, mais consistente e mais liberto de opressores e de carrascos.

«Nem tanto ao mar nem tanto à terra – disse Rosa. – Que hoje é preciso um grande esforço ninguém contesta. Que se façam sacrifícios. Há porém lutas que exigem mais do que outras. O sacrifício completo da vida é o máximo sacrifício. A insurreição, e não os dias de hoje, é o grande momento para ele.

Estás enganada – disse Vaz – Esse não é o sacrifício máximo. Dar a vida uma só vez na insurreição exige menos espírito de sacrifício do que a luta apagada, demorada e paciente dos dias de hoje.

Ficaram uns momentos silenciosos.

– Dar a vida de uma só vez – acrescentou Vaz – é extremamente mais fácil do que dá-la aos poucos.»

Neste soberbo romance surge sempre recortado no horizonte a chama da vitória alimentada em manhãs rugosas e difíceis mas sempre diferentes e talhadas pelas mãos do perigo, da apreensão, da dificuldade, do sacrifício, mas também da solidariedade, da sã camaradagem e também do carinho e do amor que são valores dos homens e das mulheres do nosso povo.

A literatura é para Álvaro Cunhal (Manuel Tiago) uma forma de fazer história de uma época, pequenas coisas que acontecem na vida das gentes do povo e desenham pormenores que formam a substância do sonho colectivo.

«Até Amanhã, Camaradas», uma obra obrigatória da literatura portuguesa, um romance entre os melhores do nosso realismo, deveria estar disponível a preço popular para que todos o pudessem ler.





Resumo da luta

27 de Junho – A Cimeira da Frente Comum condena as medidas do Governo para a Administração Pública.

28 de Junho – Nos principais distritos do país decorre uma acção nacional de luta promovida pela CGTP-IN.

29 de Junho – O STAL assina um Acordo de Empresa com a EMAS de Beja.

5 de Julho – A Direcção Nacional do STAL recebe uma delegação do Partido Ecologista «Os Verdes» no âmbito das suas jornadas parlamentares sobre a temática da água.

27 de Julho – Decorre em Lisboa a Tribuna Pública da CGTP-IN.

28 de Julho – Dirigentes e delegados sindicais da Frente Comum manifestam-se nas Galerias da AR contra o congelamento dos escalões.

24 de Agosto – Comemora-se o 30.º Aniversário do STAL.

23 a 26 de Agosto – A Frente Comum promove diversas acções de esclarecimento junto da população.

12 de Setembro – Inicia-se no Porto um conjunto de Plenários Descentralizados para a discussão das medidas do Governo contra a Administração Pública.

14 de Setembro – Representantes do STAL e da Associação Água Pública participam num debate Parlamentar sobre a Lei-Quadro da Água e entregam um abaixo-assinado contra as alterações do Governo.

14 de Setembro – A Cimeira da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública aprova a Proposta Reivindicativa Comum para 2006.

Incêndios em Portugal

Urgem medidas de fundo

O Grupo de Trabalho para os Bombeiros junto da Direcção Nacional do STAL exige que as entidades competentes ouçam quem está no terreno e diariamente se defronta com as reais dificuldades e carências no combate aos incêndios.

Em nota distribuída à imprensa no início de Setembro, o grupo de trabalho sublinha que o STAL tem vindo a apresentar propostas que, se fossem consideradas atempadamente, «teriam contribuído para a resolução efectiva de um problema social e económico deveras constrangedor para toda a sociedade».

Recordando que «o combate aos fogos florestais é feito por Grupos de Primeira Intervenção, os chamados GPI's», que são normalmente constituídos por jovens mal remunerados (19.56 euros por 12 horas de

trabalho) e sem formação adequada, o Sindicato refuta as críticas que têm sido feitas à actuação dos bombeiros e explica que, «na maior parte dos casos, o combate ao fogo só pode ser feito com água precisamente devido à falta de aptidões físicas e técnicas da generalidade dos elementos que integram os GPI's».

Por outro lado, o STAL reclama «a avaliação e adopção de medidas de fundo para reforçar a prevenção dos incêndios, desafiando o Governo a revelar a verdadeira dimensão e efeitos provocados pelas reduções efectuadas no passado recente nos meios materiais e humanos de vigilância».

Com base na experiência recolhida por bombeiros municipais, sapedores, e assalariados das associações de voluntários, o STAL salienta que «não é possível combater eficazmente todos os incêndios, sobretudo os de maiores proporções, apenas com brigadas de sapedores hélio-transportadas, como se pretende fazer crer e até instituir como prática, alegando-se que o problema reside na utilização excessiva de água».

O Sindicato denuncia ainda «as tentativas de retirada dos terrenos baldios às populações (bem como as intenções oportunistas de emparcelamento que apenas servem alguns grupos económicos), notando que «os fogos têm servido também pretexto para a «expropriação» deste importante património comunitário em favor de obscuros interesses imobiliários e especulativos».

Relativamente ao ordenamento florestal, este terá de ser feito «tendo em conta a vontade das populações, efectivando mecanismos onde possam reclamar serviços de limpeza e de manutenção da floresta, que levem em conta a idade dos habitantes dos meios rurais».

Por último, o Sindicato insiste na necessidade de uniformizar os diferentes estatutos profissionais existentes, acabando com as carreiras de Sapedores, Municipais e Assalariados dos Voluntários e criando uma carreira única de Bombeiros Profissionais. No mesmo sentido, deverá ser assegurada formação adequada às diferentes intervenções e uma coordenação responsável e responsabilizável.



30.º Aniversário do STAL

Porta-chaves comemorativo exclusivo para associados

Para assinalar o trigésimo aniversário da sua fundação, em 26 de Agosto de 1975, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local decidiu editar um porta-chaves comemorativo, que esta a ser distribuído a todos os associados pela estrutura sindical.

Na peça em metal está estampado a cores o logótipo das comemorações, encontrando-se gravado no seu reverso o lema do aniversário «Com os trabalhadores pelas conquistas de Abril», bem como o nome do associado a que se destina.

Cartoon de:
Miguel Seixas

